

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM FILOSOFIA**

HARE SOBRE A FALÁCIA NATURALISTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lucas Henrique Tentler Prola

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

HARE SOBRE A FALÁCIA NATURALISTA

por

Lucas Henrique Tentler Prola

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interinstitucional em Filosofia, Área de Concentração em Ética, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Prof. Dr. Frank Thomas Sautter

**Santa Maria, RS, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Mestrado Interinstitucional em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

HARE SOBRE A FALÁCIA NATURALISTA

elaborada por
Lucas Henrique Tentler Prola

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

Comissão Examinadora

**Prof. Dr. Frank Thomas Sautter - UFSM
(Presidente/Orientador)**

**Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori – UNIJUÍ
(Co-Orientador)**

Prof. Dr. Abel Lassalle Casanave - UFSM

Santa Maria, 25 de agosto de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Frank Thomas Sautter, que se dedicou ampla e irrestritamente ao meu trabalho, ouvindo, esclarecendo, corrigindo, sendo paciente nas horas difíceis e compreensível com os – muitos – erros cometidos. Mas agradeço, principalmente, por ter me dado à oportunidade de ser orientado, num círculo filosófico onde, inexplicavelmente, persistem muitas barreiras àqueles que querem viver a filosofia. Enfim, agradeço por ele ter sido o que de melhor exprime a palavra: Orientador.

Agradeço, também, aos demais professores que nos deram a oportunidade de muito aprender com suas demonstrações de conhecimento e, em especial, ao Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori, Co-orientador deste trabalho, sempre disposto a esclarecimentos e de importante intervenção na construção desta dissertação.

Agradeço, sobretudo, a compreensão das pessoas que, intimamente ligadas a mim, compreenderam os momentos de ausência – necessários a realização de pesquisa – e ainda motivaram-me à conclusão deste trabalho.

EPÍGRAFE

Você não pode provar uma definição.
O que você pode fazer é mostrar que ela faz sentido.

Albert Einstein

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia – Minter
Universidade Federal de Santa Maria

HARE SOBRE A FALÁCIA NATURALISTA

Autor: Lucas Henrique Tentler Prola
Orientador: Prof. Dr. Frank Thomas Sautter
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 25 de agosto de 2009

Este trabalho tem por objetivo apresentar a crítica de Hare às teorias éticas que cometem a chamada “falácia naturalista”. Estas teorias, segundo o autor, buscam uma “definição” para as palavras de valor – palavras que alicerçam a maioria das teorias morais. Hare duvida da possibilidade de definição de palavras como “bom”, “certo”, “justo”, pois acredita que tais termos são usados para recomendar, ou não, certas atitudes, para julgar certos atos. Para analisar esta falácia, o autor propõe o estudo lógico das palavras de valor envolvidas nos julgamentos morais, procurando, reflexivamente, esclarecer o papel de palavras como “bom” dentro do discurso moral. A discussão da proposta metaética hareana está dividida, neste trabalho, em três capítulos. O primeiro trata da origem do termo “falácia naturalista”, expresso inicialmente por Moore, onde este firma sua posição sobre a indefinibilidade do termo “bom” e sobre a falácia cometida ao identificá-lo com objetos naturais. Ainda neste capítulo há uma análise da relação entre o problema definicional proposto por Moore e o problema inferencial da “Lei de Hume”. No segundo capítulo está a crítica de Hare às teorias naturalistas e sua defesa da aplicabilidade da lógica ao discurso moral – que ele acredita ser essencialmente prescritivo – através de uma reformulação de sentenças. No terceiro capítulo estão expostas as críticas feitas à visão hareana das teorias naturalistas, bem como uma análise destas críticas. Esta breve apresentação do tema permite chegar ao entendimento que Hare tem boas razões para rejeitar o naturalismo.

Palavras chave: Ética, falácia naturalista, prescritivismo lógico

ABSTRACT

Master's dissertation
Post-Graduate Program in Philosophy – Minter
Federal University of Santa Maria

HARE ON THE NATURALISTIC FALLACY

Author: Lucas Henrique Tentler Prola
Advisor: Prof. Dr. Frank Thomas Sautter
Date and Location of Defense: Santa Maria, August 25, 2009

The aim of this dissertation is to present the criticism of Hare to ethical theories who commit the "naturalistic fallacy". These theories, according to the author, search for a "definition" of value words - words that underpin the majority of moral theories. Hare doubts the possibility of a definition of words like "good", "right", "fair", because he believes that such terms are used to recommend, or not, certain acts, to judge certain acts. In order to examine this fallacy, the author proposes the logical study of value words involved in moral judgments, seeking, reflexively, to clarify the role of words like "good" within the moral discourse. The discussion of the Harean metaethics is divided in three chapters. The first deals with the origin of the term "naturalistic fallacy", expressed initially by Moore, where the author firms its position on the undefinability of "good" and exposes the fallacy committed in the identification of "good" with natural objects. This chapter has, also, an analysis of the relationship between the definitional problem proposed by Moore and the inference problem of the "Law of Hume." The second chapter is a critique of Hare to naturalistic theories and his defense of the applicability of logic to moral discourse - which he believes is essentially prescriptive - through a review of sentences. In the third chapter criticisms to the vision of Hare on the naturalist theories are exposed, and an analysis of these criticisms is elaborated. After this presentation of the subject, I conclude that Hare has good reason to reject naturalism.

Key words: ethics, naturalistic fallacy, logical prescriptivism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA FALÁCIA NATURALISTA	10
1.1 Incursão ao debate no campo da moral.....	10
1.2 A caracterização da “guilhotina de Hume”.....	13
1.3 O argumento de Moore.....	15
1.3.1 A indefinibilidade do conceito “bom”.....	16
1.3.2 A crítica ao naturalismo.....	20
1.4 Relações de definição (Moore) e inferência (Hume).....	33
CAPÍTULO 2 - A CRÍTICA DE HARE AO NATURALISMO	35
2.1. Linguagem prescritiva.....	35
2.2. Análise dos imperativos.....	41
2.2.1 Frástica e nêustica.....	44
2.2.2. Lógica dos imperativos.....	45
2.2.3. Teoria do significado (Estado de coisas efetivos ou possíveis).....	48
2.3. A crítica ao naturalismo.....	49
2.3.1. 1ª Crítica.....	51
2.3.2. 2ª Crítica.....	53
2.3.3. 3ª Crítica.....	54
2.3.4. 4ª Crítica.....	59
CAPÍTULO 3 – RECEPÇÃO E CRÍTICA A HARE	65
3.1 Roger Hancock – The Refutation of Naturalism in Moore and Hare.....	65
3.1.1 A refutação do naturalismo em Moore.....	66
3.1.2 A refutação do naturalismo em Hare.....	70
3.2 Charles Daniels – Hare on the meaning of “good”.....	74
3.3 Sven Ove Hansson – How to Define – A Tutorial.....	78
CONCLUSÃO	81
BIBLIOGRAFIA	83

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a crítica de Richard Mervyn Hare às teorias éticas naturalistas. Filósofo inglês, docente de filosofia em Oxford (1966) e em Gainesville (1983), Hare publicou a obra “A Linguagem da Moral” (título em inglês: “The Language of Morals”) em 1952, propondo um estudo lógico da linguagem utilizada no discurso moral, uma linguagem, segundo ele, estritamente prescritiva. Nesta obra, Hare expõe uma análise lingüística da filosofia moral, separado da filosofia prática, buscando uma reflexão sobre a ação moral.

Sob esta ótica, o autor defende que o discurso moral é formado a partir do uso de expressões que obedecem a um comportamento lógico, e que o respeito a esta estrutura lógica é indispensável na construção de sentenças éticas.

Com o objetivo de defender o uso da lógica no discurso prescritivo, Hare rompe com a tradicional teoria do significado, em que somente as sentenças descritivas possuem valor de verdade. Para aplicar a lógica também ao discurso prescritivo, Hare propõe uma remodelação das sentenças, dividindo-as em frástica e nêustica, onde o primeiro termo representaria a parte comum às sentenças tanto imperativas quanto indicativas, e nesta parte comum estariam presentes as expressões lógicas. Com esta nova possibilidade, o discurso passa a se referir não mais a realidade (como prega a teoria verificacionista), mas a um “estado de coisas efetivos ou possíveis”.

Esta remodelação das sentenças tem o propósito de fundamentar a crítica hareana das teorias éticas naturalistas, através da análise do discurso moral. Segundo Hare, as teorias éticas naturalistas defendem que as palavras de valor (palavras que alicerçam o discurso moral) podem ser definidas a partir de uma característica ou a partir de um conjunto de características determinadas. Estas características, segundo estas teorias, podem ser observadas e são representadas, no plano lingüístico, pelas sentenças indicativas. Hare, em contrapartida, argumenta que palavras de valor não têm função descritiva, mas avaliativa. A esta possibilidade de definição de palavras de valor, Hare chama de “falácia naturalista”.

Vale ressaltar que o termo “falácia naturalista” foi usado primeiramente por George Edward Moore, na sua obra “Principia Ethica”, publicada inicialmente em 1903. Esta obra inaugura uma nova forma de reflexão ética, reivindicando para a filosofia moral, e não mais para as ciências naturais, a autonomia para do estudo ético. Esta autonomia estaria justificada pela característica *sui generis* das sentenças morais, uma forma discursiva muito peculiar aos julgamentos morais. Esta nova visão dá início a metaética, onde o estudo analítico da linguagem moral, aliado a irredutibilidade dos valores ao fatos, estabelece uma nova forma de filosofia moral, uma nova forma de ser no mundo através do estudo da linguagem.

Moore entendia que as teorias éticas naturalistas cometiam a falácia ao tentarem definir “bom” (uma palavras de valor), uma palavra que ele defendia ser indefinível, por tratar-se de uma noção simples, pois somente as noções complexas – formadas pelas noções simples – poderiam ser decompostas e, logo, definidas. Hare defendia, como Moore, que “bom” não pode ser definível, mas não pelos mesmo motivos, pois a não definibilidade de bom se deve em razão do uso peculiar das palavras de valor, um uso avaliativo.

Retrocedendo um pouco mais na história da filosofia, discutiremos a chamada “Lei de Hume”, baseada numa famosa passagem do livro *Tratado da Natureza Humana*, de David Hume, onde o autor impõe uma barreira lógica, aparentemente, intransponível para inferência do *dever-ser* a partir da observação do *ser*. Esta objeção, no nosso entendimento, já preconizava a presente discussão, pois já evidenciava uma impossibilidade de derivação dos elementos prescritivos a partir dos elementos descritivos.

É neste contexto que iniciamos a presente dissertação, expondo a origem da crítica às chamadas “teorias éticas naturalistas”, acusadas de cometer a “falácia naturalista”, analisando os argumentos de Hare contra estas teorias, confrontando-as com as críticas recebidas pelos seus comentadores e, reflexivamente, apontando as considerações que entendemos pertinentes.

CAPÍTULO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA FALÁCIA NATURALISTA

Neste primeiro capítulo apresentarei uma breve explanação da importância do estudo da Ética e da Moral para o avanço da sociedade com relação às questões, muitas vezes difíceis, que demandam deliberação e, conseqüentemente, influem decisivamente no cotidiano das pessoas. A seguir caracterizarei a tese de David Hume que sustentava à impossibilidade de derivação do “dever-ser” a partir do “ser”, a chamada “Guilhotina de Hume”, ou “Lei de Hume”. Na terceira seção deste capítulo, discutirei a posição de George Edward Moore, filósofo inglês autor do clássico “Principia Ethica”, em relação ao objeto da Ética e da Moral, e o seu argumento em relação à impossibilidade de definir o conceito “bom”. Após, farei a exposição da crítica que o filósofo faz às chamadas teorias naturalistas (expressão criada pelo próprio autor) e a chamada “questão aberta” de Moore, e as críticas a este respeito. Por fim, farei uma breve argumentação acerca das relações entre o que constitui o problema definicional de Moore e o problema inferencial de Hume.

1.1 Incursão ao debate no campo da moral

A escolha que o homem fez ao optar pela vida em sociedade, e não mais pela forma isolada de sobrevivência como nos tempos primitivos, significou o reconhecimento de que a sociabilidade dos seres humanos é essencial para a sua sobrevivência. A chamada “lei do mais forte” – que rege a vida animal – não poderia imperar sobre seres dotados de razão que objetivavam a perpetuação de sua espécie. Tal racionalidade permitiu ao homem perceber que sua sobrevivência estava atrelada ao convívio pacífico com o seu semelhante.

Tal mudança, porém, acarretou na necessidade de obediência a regras que fossem obedecidas e aceitas por todos e construídas para tal fim. É desta forma que nasce a Moral, como um conjunto de regras que estabelece normas de convívio entre pessoas. A Ética, como ciência da Moral, procura analisar tais regras do ponto de vista objetivo.

Desta forma, como matéria fundamental do desenvolvimento social humano, a Ética sempre ocupou, ao longo da história, lugar de destaque no pensamento filosófico dos grandes pensadores, que se ocuparam em tentar estabelecer um ordenamento moral válido, que pudesse justificar as ações humanas enquanto fatos que geram impacto na vida social de uma comunidade.

A maioria destas teorias, desde os pré-socráticos até hoje, tendo como pano de fundo as transformações políticas, culturais, econômicas, religiosas e sociais da humanidade, desenvolveram-se em torno da justificação dos juízos morais, preocupadas com a questão “O que devo fazer?”.

Antes de analisar esta pergunta, faz-se necessário compreender alguns fatores essenciais desta discussão ética. O primeiro ponto a ser destacado é quanto ao emprego que se dá aos termos “Ética” e “Moral”. Apesar de usualmente ambos serem proferidos para designar o comportamento humano, e o julgamento deste comportamento em sociedade, no embate teórico refinado a palavra Moral é usada para designar as convenções que pautam o comportamento do indivíduo em relação aos demais integrantes da sociedade, refletindo em um conjunto de normas morais a serem seguidas; já a palavra Ética refere-se à ciência que estuda a Moral, tendo como objeto de análise os códigos morais, procurando estabelecer sua validade, fundamentação e, neste viés, a sua universalidade.

O segundo ponto refere-se às condições para que um sujeito possa estar vinculado a um sistema normativo moral, que regule o seu comportamento. Para que uma ação possa ser julgada do ponto de vista moral, o sujeito autor da ação deve estar ciente do regramento moral e estar livre e espontaneamente submetido a tal ordenamento, tendo o poder de escolha frente às situações que demandam uma decisão. Suprimida esta última condição não poderíamos falar mais em uma ação moral, uma vez que retirado o poder de escolha do agente, o resultado de seus atos, ainda que prejudiciais, não pode ser julgado do ponto de vista moral.

É nesse ponto que o ordenamento moral difere do ordenamento jurídico, pois neste há um poder estatal incumbido de coagir o sujeito ao dever-ser, estabelecendo uma sanção caso a regra seja violada, enquanto que naquele não há coação direta ao

sujeito – ainda que este esteja vinculado internamente, através de processos cognitivos, a convicções emocionais, sociais, políticas, etc. - nem sanção aos seus atos, há apenas a reprovação social, caso o seu ato infrinja as regras morais. Não se pretende aqui afirmar que Direito e Moral estejam desvinculados, pelo contrário, apenas foi demonstrada uma diferença entre eles, já que há muitas afinidades entre as duas temáticas.

Retornando a questão inicial de “o que devo fazer?”, claro está que tal indagação refere-se à conduta de um sujeito enquanto membro de uma sociedade. Esta conduta, tomada livre e conscientemente, estará exposta ao julgamento moral da comunidade. Os julgamentos morais, geralmente, baseiam-se nos princípios morais defendidos pela comunidade, que determinam o dever-ser do cidadão. O dever-ser, por sua vez, prescreve a conduta a ser seguida e permite identificar se tal sujeito agiu corretamente ou não, se teve uma boa conduta ou uma má conduta.

Desta forma, ao desenvolver um pensamento racional crítico com relação aos temas morais, estaremos aptos a resolver as questões mais simples como ser ou não cordial com as pessoas, preservar ou não a família, até as questões mais complexas como lutar ou não lutar em guerras, mentir ou falar a verdade mesmo que a primeira alternativa resulte em injustiça, abortar ou não abortar fetos humanos em algumas situações, praticar ou não a eutanásia em algumas situações. É neste contexto que iniciamos a presente dissertação, com o objetivo de avançar no debate ético, e desenvolver uma crítica racional às questões morais que enfrentamos no cotidiano.

Como o debate acerca do tema é muito amplo e diversificado, restringiremos nossa atuação à crítica que o filósofo inglês Richard Mervyn Hare fez às chamadas “teorias naturalistas”, acusando-as de cometer a *falácia naturalista*, na sua célebre obra *A linguagem da moral*, publicada, pela primeira vez em 1952, sob o título original de *The language of morals*. Em tal obra, Hare elabora uma crítica às teorias éticas que pretendem “definir” a palavra *bom*, usada em contextos morais, através de um conjunto de características que, segundo os naturalistas, formariam um “conceito” associado à palavra. Como veremos, o autor acredita que “bom” é uma *palavra de valor* usada para *aprovar* algo, não podendo ser conceituada em termos de outros

predicados. Além disso, Hare critica a tentativa de redução de imperativos a indicativos, no plano da análise da linguagem, como alternativa de aplicabilidade da lógica ao discurso moral. Isso não significa que o autor não admita o uso da lógica ao discurso imperativo, pelo contrário, ele defende a aplicabilidade da lógica ao discurso moral sem, entretanto, recorrer a “redução” de imperativos a indicativos. Hare acredita na lógica aplicada ao próprio discurso imperativo, argumentando a favor de um *estados de coisas efetivos ou possíveis*, onde a lógica teria seu espaço.

Para iniciar o presente trabalho, faremos o caminho inverso e buscaremos as origens do termo “falácia naturalista”. O termo foi proposto pelo filósofo inglês George Edward Moore, na sua importante obra, *Principia Ethica*, publicada pela primeira vez em 1903, como veremos adiante. Entretanto, David Hume, no seu livro *Tratado da Natureza Humana*, publicado em 1739, ao término do Livro III, Parte I, Seção I, fez uma importante observação acerca das teorias morais de sua época, que pode ter sido a origem da presente crítica às teorias naturalistas, uma vez que expõe a impossibilidade lógica da derivação do *dever-ser* a partir do *ser*. Vejamos então a argumentação de Hume.

1.2 A caracterização da “guilhotina de Hume”

Na obra acima citada, Hume faz uma importante observação referente a inferência do *dever-ser* a partir da observação do *ser*:

Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como *é* e *não é*, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um *deve* ou *não deve*. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois, como esse *deve* ou *não deve* expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece inteiramente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes. (Hume, 2000, p. 509)

Esta passagem ficou conhecida como “guilhotina de Hume”, pois separa, definitivamente, os dois campos que até então pareciam ligados por inferência lógica: o *ser* do *dever-ser*. Tal argumentação revela o erro que alguns autores cometem ao relacionar logicamente dois campos diferentes.

O campo do *dever-ser* expressa uma linguagem prescritiva formada por regras a serem seguidas, por normas que orientam um comportamento. Tal prescritividade, por sua vez, reflete uma ação que deve ser realizada, necessitando de uma atividade humana para sua realização. Logo o *dever-ser*, se concretizado, gera um fato, um acontecimento, um algo prescrito por ele. Já o campo do *ser* não gera fato ou acontecimento algum, apenas relata o que é, o que está acontecendo. O *ser* não altera a realidade apenas descreve o acontecimento sem nenhuma interferência nos rumos da realidade.

A crítica elaborada por Hume, demonstra o erro de inferir o *dever-ser* (que transforma a realidade) a partir do *ser* (que apenas descreve a realidade). A “Lei de Hume” estabelece uma impossibilidade lógica entre os dois campos. Neste sentido é o entendimento de Sautter:

Esta passagem [da guilhotina de Hume], mesmo se ignorarmos seu autor e seu contexto, parece admitir uma única interpretação: o autor critica o modo pelo qual o que pertence ao domínio do *dever ser* é derivado do que pertence ao domínio do *ser*, deixando em aberto a questão sobre a própria possibilidade de uma derivação desse tipo. [...]. Entretanto, há uma tese mais restritiva do que a tese veiculada pela interpretação acima mencionada, usualmente associada a Hume e à passagem supracitada: o que pertence ao domínio do *dever ser* nunca pode ser deduzido do que pertence ao domínio do *ser*, ou seja, esta tese, tradicionalmente denominada *Lei de Hume*, impõe uma barreira lógica entre o domínio do *dever ser* e o domínio do *ser*. (SAUTTER, 2006, p. 242)

No mesmo sentido, de evidenciar a impossibilidade lógica de extrair regras de *dever-ser* a partir do *ser*, a passagem a seguir:

De proposições retiradas somente de fatos não é jamais possível tirar nenhuma conclusão *prática*. A enunciação *A preservação da sociedade depende disso* não pode levar ao imperativo *faça isso*, exceto se for mediada por outra enunciação, qual seja: *a sociedade deve ser preservada*. Da mesma forma, *Isso irá custar a sua vida* não pode levar diretamente a *não faça isso*: somente pelo intermédio de um desejo ou por um reconhecido *dever* de

autopreservação. O Inovador tenta chegar a uma conclusão de teor imperativo a partir de uma premissa de teor indicativo, e, mesmo que siga tentando por toda a eternidade, não vai conseguir, pois seria impossível. (LEWIS, 2005, p. 29-30, *apud* SAUTTER, 2006, p. 241)

Desta forma, percebemos que a *Lei de Hume* indica a impossibilidade de inferir regras de dever-ser a partir do ser, devido a barreira lógica existente entre os dois campos. Passamos agora a discorrer sobre a “falácia naturalista”, crítica elaborada por Moore para acusar teorias naturalistas de defender a definição de “bom” no campo da moral.

1.3 O argumento de Moore.

Na sua obra “Principia Ethica”, publicada no início do século 20 (1903), George E. Moore, propõe um rompimento com a visão de alguns autores, de que as palavras como “bom” podem ser conceituadas, ou seja, descritas como um conjunto de características básicas e inerentes à sua concepção. Moore propõe dar uma atenção especial a esta palavra e palavras congêneres, e trata-as como a parte mais importante do discurso ético.

Vejamos então qual o objeto da ética na concepção do autor. Moore acredita que as declarações envolvendo palavras como “bom”, “mau”, “certo”, “errado” são enunciados que tratam de julgamentos morais, e como tais é da competência da Ética discutir estas questões. Nas palavras do autor:

Sempre que dizemos “Fulano é um bom homem” ou “Aquele sujeito é um vilão”, sempre que perguntamos “O que devo fazer?” ou “Está errado eu agir desta maneira?”, sempre que aventuramos certas afirmações como “Temperança é uma virtude e embriaguez é um vício” – é, sem dúvida alguma, da competência da ética discutir essas questões e esse tipo de enunciados; discutir qual é a resposta verdadeira quando perguntamos o que é certo fazer, e dar razões para pensar que nossas declarações sobre o caráter das pessoas ou da moralidade das ações são verdadeiras ou falsas. Na vasta maioria dos casos, quando fazemos declarações envolvendo qualquer dos termos “virtude”, “vício”, “dever”, “certo”, “obrigação”, “bom”, “mau”, estamos fazendo julgamentos éticos; e se desejamos discutir sua verdade, estaremos abordando questões éticas. (MOORE, 1998, p. 99)

O emprego dessas palavras no discurso moral, para Moore, está sempre ligado à conduta do agente, ou seja, os julgamentos morais que carregam tais termos referem-se ao comportamento do ser humano diante de um fato em que ele teve de fazer uma escolha frente às alternativas que se apresentavam. Logo, é a conduta humana o vetor que dá vida às palavras de valor no campo da Ética. A passagem a seguir confirma essa interpretação:

Essa discussão da conduta humana é, de fato, aquilo com o que o nome Ética está mais intimamente associado. Essa associação é derivada; e a conduta é, de longe, e indubitavelmente, o mais comum e mais geralmente interessante objeto do julgamento ético. (MOORE, 1998, p. 99-100)

Delimitado o objeto da Ética, Moore se preocupa em alicerçar os pilares da teoria moral, ou seja, a construção de uma base sólida que permita a elaboração de princípios morais fundamentados racionalmente. Para tanto, o autor discute a possibilidade de definição de palavras como “bom”, envolvidas nos julgamentos morais.

1.3.1 A indefinibilidade do conceito “bom”

Para Moore, muitos filósofos tentaram construir suas teorias éticas baseadas na possibilidade de conceituar, ou definir, uma conduta humana recomendável, partindo do princípio de que a conduta, para ser moralmente positiva, deveria ser “boa”. Assim, os filósofos, até então, buscaram definir “boa conduta”, no interesse de delimitar princípios que alicerçassem um ordenamento moral.

Moore, entretanto, afirma que a discussão em torno da Ética deve ser anterior à questão da “boa conduta”, uma vez que tal noção é complexa, compreendendo duas expressões distintas: “boa” e “conduta”. Devemos, antes, voltar nossas atenções para o termo “bom”, já que tal adjetivo é a fundamentação de uma conduta positiva, de uma prescrição, de um dever-ser.

Segundo o autor, “bom” é uma noção simples, assim como a noção de “amarelo”, que não pode ser decomposta em outras noções. Desta forma, apenas as

noções complexas podem ser definíveis, uma vez sendo decompostas nos seus termos mais simples, tornam-se capazes de ser definidas. Assim sugere o autor:

Minha posição é que *bom* é uma noção simples, como “amarelo” é uma noção simples; que, da mesma forma que você não pode, seja lá como for, explicar a alguém que ainda não saiba o que é amarelo, da mesma forma você não pode explicar ainda o que o bom é. Definições da espécie que eu estava pedindo, definições que descrevem a real natureza do objeto ou a noção denotada por uma palavra, e que meramente não nos diga apenas para que a palavra é usada (used to mean), só são possíveis quando o objeto ou noção em questão é algo complexo. (MOORE, 1998, p. 104)

Como fica claro, não podemos, segundo o autor, aprender noções simples através de uma definição ou explicação sem que tenhamos tido algum contato com o fato ou evento a ser explicado. Já as noções complexas podem ter o seu conceito apreendido através de uma explicação se já conhecemos as noções simples deste objeto, resultado de sua decomposição em termos mais simples:

Podemos, por exemplo, fazer um homem compreender o que é uma quimera, embora ele jamais tenha ouvido falar a respeito ou visto uma. Você pode lhe dizer que é um animal com a cabeça de leoa e o corpo com a cabeça de uma cabra em cima das costas, e uma cobra no lugar da cauda. Mas, aqui, o objeto que você está descrevendo é um objeto complexo; é inteiramente composto de partes com as quais estamos perfeitamente familiarizados – uma cobra, uma cabra, uma leoa; e sabemos o que significa a metade das costas de uma leoa, e onde sua cauda deve crescer. Assim é com todos os objetos, que não são previamente conhecidos, e que pode os definir: são todos complexos; todos eles compostos por partes, que podem, em si mesmas, em primeira instância, ser capazes de uma definição similar, mas que devem ser reduzidas finalmente às suas partes mais simples que, então, não mais podem ser definidas. (MOORE, 1998, p. 105)

Logo, uma pessoa que não conhece uma noção complexa, mas está familiarizada com as noções simples que a compõem, terá condições de entender sua natureza. Como exemplo podemos dizer que alguém que nunca teve contato com uma “bola de tênis”, mas está familiarizado com as noções de “redondo”, “pequeno”, “leve”, “amarelo”, terá condições de assimilar o conceito proposto. No entanto, tentar explicar a esta pessoa o que é “amarelo”, sem esta pessoa nunca ter visto a cor, não seria possível, em razão de esta ser uma noção simples, logo indefinível. Assim, para

Moore, é a noção de “bom”, não podemos defini-la, apenas reconhece-la, sendo todas as proposições ao seu respeito sintéticas e nunca analíticas¹.

É importante salientar a diferenciação entre “bom” e “o bom”. Para Moore este pode ser definível, enquanto aquele não. “Bom”, como adjetivo, refere-se algo, a um substantivo, que pode ser chamado de “o bom”. Este, por sua vez, significa o todo ao que o adjetivo sempre será aplicado, evidenciando, assim, tratar-se de duas coisas diferentes: um substantivo, “o” bom, e um adjetivo, “bom”. Esclarece o autor:

Não quero dizer que o bom, aquilo que é bom seja indefinível; se pensasse assim, não deveria estar escrevendo a respeito da Ética, pois o meu objetivo principal é ajudar a descobrir esta definição. É exatamente porque penso que existe menos risco de erro em nossa busca por uma definição de “o bom” que insisto, agora, que “bom” é indefinível. Devo tentar explicar a diferença entre esses dois. Suponho ser indiscutível que “bom” é um adjetivo. Bem, o “bom”, “aquilo que é bom”, deve, conseqüentemente, ser o substantivo ao qual o adjetivo “bom” será aplicado; deve ser o todo ao que o adjetivo será aplicado, o adjetivo deve *sempre* ser aplicado. Mas se é a isso que o adjetivo deve ser aplicado, deve ser alguma coisa diferente do próprio adjetivo; e o todo daquela coisa diferente, seja lá o que for, será a nossa definição de “o” bom. (MOORE, 1998, p.106)

A aceitação desta premissa, de que o adjetivo que se refere a um substantivo deve ser outra coisa diferente do que o próprio substantivo, apesar de básica, implica no rompimento total com a noção naturalista – como vemos adiante – pois não mais permite a possibilidade de conceituação de “bom” pela aplicação de outros adjetivos que, através da análise descritivista, o confunde com estes outros termos, descaracterizando-o.

Além disso, pode ser que este substantivo – ou conceito – tenha ainda outros adjetivos – ou características – além de “bom” como “prazeroso” ou “inteligente”, sendo verdadeiro dizer que o prazer e a inteligência são bons, uma vez que fazem parte da definição do substantivo em questão, tornando “o” bom definível. Entretanto não será correto dizer que a definição de “bom” é o que é prazeroso e inteligente, mas

¹ Moore, no prefácio à segunda edição da obra citada, explica melhor o que queria dizer com a afirmação de que “todas as proposições a respeito do bem são todas sintéticas e nunca analíticas”. O autor afirma que com “analíticas” quis dizer tautológicas, e que com “sintéticas” quis dizer não tautológicas.

sim que a definição de “o” bom é possível através de outros adjetivos. Assim expressa o autor:

Eu creio, totalmente, que alguma proposição verdadeira da forma “inteligência é bom e inteligência, apenas, é bom” pode ser encontrada; se nenhuma pode ser encontrada, nossa definição de o bom seria impossível. Assim como está, creio que o bom pode ser definível; e, ainda assim, direi que bom em si mesmo é indefinível. (MOORE, 1998, p.106-107)

Faz-se oportuno expressar que “definição”, para Moore, é o conjunto de noções simples que formam um todo definível. Logo, as noções simples em si não são definíveis em razão de não serem compostas por outras noções, por serem as últimas reduções a que uma noção pode ser submetida. Daí extrai-se, também, que cada “todo” contém partes comuns a outros todos:

O mais importante sentido de “definição” é aquele no qual uma definição afirma quais são as partes que invariavelmente compõem um certo todo; e neste sentido “bom” não tem definição porque é simples e não tem partes. É um daqueles inúmeros objetos do pensamento que não são, por si mesmos, passíveis de definição, porque são os termos últimos em relação aos quais qualquer coisa capaz de ser definida deve ser definida. Que deve haver um número indefinido de tais termos, é óbvio, por reflexão; desde que não podemos definir coisa alguma a não ser mediante análise a que deve alcançar, que levada aos limites nos remete a alguma coisa que é simplesmente diferente de todas as outras coisas, e que, por aquela diferença última, explica a peculiaridade do todo que estamos definindo: pois cada todo contém algumas partes que são comuns a outros todos também. (MOORE, 1998, p.107)

A questão mais importante a ser destacada nesta subseção é a defesa que Moore faz acerca da indefinibilidade² do conceito “bom”. Entretanto o autor alega motivos diferentes daqueles alegados por Hare, como veremos no capítulo 2, para fundamentar esta impossibilidade. Moore acredita, como vimos, que “bom” é igual a

² Na obra *Principia Ethica*, no prefácio à segunda edição, Moore revê o seu argumento quanto ao uso do predicado “bom”, que ele declara ser indefinível, como sendo “aquela qualidade que afirmamos pertencer a uma coisa, quando dizemos que uma coisa é boa, passível de qualquer definição, no sentido mais importante da palavra” (MOORE, 1998, p.107). Para o autor, a análise de “bom”, proposta por ele inicialmente, não contempla os seus demais usos, e reconhece que o termo, usado também para designar outros predicados, é muito ambíguo. Assim, a afirmação inicial – de que o predicado “bom” é o mesmo usado pelas pessoas para designá-lo em todas as situações – é falsa, como confessa o próprio autor. Com o termo “bom”, Moore quer representar um sentido da palavra que está extremamente ligado aos conceitos de “certo” e “errado” (o que é da maior importância para o estudo da ética) que nenhum outro sentido da palavra tem (MOORE, 1988, p. 67).

tantos outros termos simples que não podem ser definidos por tratarem-se de termos últimos de uma redução, ou seja, é o último particionamento a que um conceito pode chegar, sendo, este conceito, formado por todos estes termos simples e indefiníveis.

1.3.2 A crítica ao naturalismo

Moore defende, na sua visão de “bom”, que o mesmo não pode ser *definido*, apenas *reconhecido*, e que confundi-lo com outras propriedades seria um erro:

Se me perguntam “O que é Bom?” minha resposta é que bom é bom e este é o fim da questão. Ou se me perguntam “Como deve-se definir bom?” minha resposta é que ele não pode ser definido, e isso é tudo o que tenho a dizer a respeito. Mas, por mais frustrante que essas respostas possam ser ou parecer, elas são da maior importância. [...] E a mesma coisa pode ser expressa mais popularmente, dizendo-se que, se estou certo, então, ninguém pode insinuar-nos axiomas do tipo “O prazer é o único bem” ou que “O bom é o desejado”, na pretensão de que este é “o significado real da palavra”. (MOORE, 1998, p. 104)

O filósofo cita, inicialmente, uma forma de naturalismo que afirma que a questão é puramente verbal. Quando se diz “Bom significa prazer”, ou “Bom significa desejado”, se está dizendo a mesma coisa, respectivamente, ou seja, que a maioria das pessoas usa o termo “bom”, para designar o que é prazeroso ou o que é desejado. Obviamente não estamos interessados no uso do termo, mas sim o que ele significa, se é que significa algo. Neste contexto as palavras do autor:

Meus caros senhores, o que queremos saber de vocês como professores de ética, não é como as pessoas usam a palavra; nem mesmo que espécie de ação elas aprovam que o uso da palavra “bom” pode certamente implicar; o que queremos saber é simplesmente o que é bom. Podemos, realmente, concordar que o que a maioria das pessoas chama de bom possa sê-lo realmente; em todo o caso devemos ficar satisfeitos em conhecer sua opinião: mas quando dizemos de suas opiniões a respeito do que é bom, queremos dizer o que dizemos; não nos importa se chamam aquela coisa que indicam como “cavalo” ou “mesa” ou “cadeira”, “gut” ou “bom” ou “áthós”; nós queremos saber o que é que eles chamam assim. Quando dizem “prazer é bom” não podemos acreditar que eles simplesmente queriam dizer “Prazer é prazer” e nada mais que isso. (MOORE, 1998, p; 109)

Moore nos dá um exemplo para ilustrar a confusão entre termos cometida pela falácia em questão:

Quando dizemos que uma laranja é amarela, não pensamos que nossa afirmação nos vincule à obrigação de manter que “laranja” só significa “amarelo”, ou que nada mais possa ser amarelo a não ser laranja. Supondo que laranja seja também doce, isso nos vincula ou submete a dizermos que doce é exatamente a mesma coisa que “amarelo”; que “doce” deve ser definido como “amarelo?” E, supondo-se que se reconheça que “amarelo” apenas significa “amarelo” e nada além disso, isso torna mais difícil manter que as laranjas são amarelas? Com absoluta certeza, não: ao contrário, seria absolutamente sem sentido dizer que laranjas eram amarelas, a menos que amarelo, afinal, signifique simplesmente “amarelo” e nada mais. (MOORE, 1998, p. 111)

A argumentação de Moore acima evidencia que a algo pode ser atribuído o adjetivo “bom”, assim como outros adjetivos congêneres, uma vez que a conjunção destes adjetivos (as noções simples) forma o todo ao qual eles estão vinculados, formando uma definição para este algo (noção complexa). O que o autor critica é a falácia cometida pelas teorias naturalistas de atribuir a “bom” a característica dos outros adjetivos.

Porém, posteriormente, no prefácio à segunda edição da obra *Principia Ethica*, Moore discute sua afirmação, exposta acima, de que “bom é bom e este é o fim da questão”. O autor admite duas interpretações possíveis para o que ele quis dizer com a referida afirmação: (1) Que “bom” é diferente de qualquer *outra coisa* que não “bom”; e (2) que “bom” é diferente de tudo o que expressamos por *qualquer palavra ou frase* que não “bom”. Tratemos primeiramente da primeira hipótese. (1) O fato de “bom” ser diferente de outro predicado que não o próprio “bom” é uma característica inerente a qualquer predicado – de que ele é somente igual a si próprio e não ao outro predicado. Tal característica não pertence somente aos predicados não-analisáveis, como sugere o autor inicialmente, mas é, também, uma característica dos predicados analisáveis. Assim, mesmo que “bom” fosse analisável, ainda assim seria diferente de outro predicado que não “bom”, sendo, esta primeira afirmação, absolutamente trivial e sem importância.

Com relação à segunda afirmação (2) há uma importante distinção – omitida por Moore inicialmente e depois revista – que deve ser considerada para entender o argumento. Podemos exprimir o significado de um termo através de outros termos, propondo uma *análise* do primeiro através destes outros termos. Mas podemos, também, exprimir um termo através de outros sem fazer uma análise, mas exprimindo um *sinônimo* para o termo inicial. A primeira hipótese, segundo Moore, só pode ser aplicada a noções complexas e, conseqüentemente, analisáveis, o que não seria o caso de “bom”. A segunda possibilidade pode ser aplicada a termos não-analisáveis, pois não propõe uma definição, mas só uma sinonímia. Assim sendo, o autor admite que esta segunda interpretação (que “bom” é diferente de tudo o que expressamos por *qualquer palavra ou frase* que não “bom”), se tomada no sentido amplo, é falsa, pois podemos expressar uma noção não analisável através de outras palavras.

O filósofo ressalta, todavia, que sua intenção era, apesar do engano, chamar a atenção das pessoas para a questão de tratar dois predicados como idênticos, quando na verdade, muitas vezes, eles não são. Essa conclusão de Moore é, sim, legítima. É o fundamento de toda a sua teoria.

Na obra *Principia Ethica*, Moore diz que apesar de “bom” ser indefinível, ele pode fazer parte de um todo que contenha outras propriedades, já que ele mesmo é uma noção simples e, por sua natureza, faz parte de noções complexas que contenham muitas outras noções simples. A Ética preocupa-se, também, com a descoberta de quais são aquelas outras propriedades que pertencem a todas as coisas que são boas, mas muitos filósofos cometeram o erro de definir “bom” a partir destas outras propriedades, ignorando que eram “outras”, afirmando que era o mesmo que bondade, em outras palavras: definir o bom a partir de outra coisa que não “bom”. É a este argumento que Moore se refere ao chamar de “falácia naturalista”:

Pode ser verdade que todas as coisas que são boas sejam *também* outra coisa, tanto quanto é verdade que todas as coisas que são amarelas produzem uma certa espécie de vibração na luz. E é um fato que a Ética visa à descoberta de quais são aquelas outras propriedades pertencentes a todas as coisas que são boas. Mas demasiados filósofos pensaram que quando eles nomearam aquelas outras propriedades eles estavam definindo o bom; que aquelas outras propriedades, de fato, não eram simplesmente outro, mas absoluta e inteiramente o mesmo que bondade. Esta visão é a visão

proposta por mim, para chamar a ‘falácia naturalista’. (MOORE, 1998, p. 107-108)

Mas na verdade, Moore comete um equívoco no transcorrer de sua argumentação contra a “falácia naturalista”. Num primeiro momento o autor mostra, como exposto acima, que “bom” trata-se de um termo indefinível, por ser ele uma noção simples, uma última redução a que um termo pode chegar; em seguida, acusa as teorias naturalistas de confundir “bom” com outras propriedades que não bom, supondo que esta última afirmação se funda no argumento inicial. Percebemos, porém, que são duas coisas completamente diferentes, a saber: (1) que “bom” é indefinível; e que (2) “bom” não é idêntico a nenhuma outra propriedade. O próprio autor reconhece seu engano, no prefácio à segunda edição da referida obra:

Muitas das proposições que estou mais ansioso por afirmar sobre G [bom], realmente se seguiram do fato de que G não poderia ser idêntica a quaisquer propriedades como “é desejado”, “é agradável”, “serve para alguma finalidade”, dado que todas elas são obviamente analisáveis. Mesmo que se interprete “é agradável” como equivalente a “é um estado de prazer”, um significado em que se torna comparativamente perto de ser não-analisável, ainda parece mais do que claro que não é estritamente assim. Mas seria um grande equívoco supor, como deixo implícito, que o fato de G não ser idêntica a nenhuma destas propriedades decididamente não se funda na alegação de que não é analisável. Existem outras razões – e bem menos discutíveis – para sustentar que não lhe é idêntico. (MOORE, 1988, p. 68-69)

Além disso, Moore posteriormente põe em dúvida sua própria asserção de “bom” ser indefinível. Ao restringir o sentido da palavra “bom” relacionando-a com os termos “certo” e “errado”, o autor diz não estar tão convencido de que “bom” é não-analisável, pois parece mais razoável que “certo” seja, então, um termo não-analisável, detentor de uma propriedade intrínseca, fazendo, este último termo, parte da noção de “bom”, o que destruiria o argumento de que o próprio “bom” é uma noção simples.

Moore, então, levanta duas questões para explicar melhor em que sentido ele entende “bom” como sendo não-analisável. A primeira questão é que (1) “bom” não é *completamente* analisável em termos de propriedades naturais ou metafísicas; e que (2) as proposições éticas envolvem alguma noção não-analisável, que não é idêntica a

nenhuma propriedade natural ou metafísica. Com relação à primeira o autor quer dizer que “bom” é não-analisável em termos de propriedades naturais ou metafísicas, entretanto, não significa que não possa ser analisável envolvendo outras noções não-naturais ou não-metafísicas. Na verdade Moore confunde, como ele mesmo admite, a proposição “bom não ser analisável *numa determinada maneira particular*” com “bom não ser analisável *de forma alguma*”. Já a segunda questão levantada – de que proposições éticas envolvem alguma noção não analisável – indica que o autor acredita na existência de uma noção desta natureza (não-analisável), mas não necessariamente ligada à noção de “bom”. Neste segundo momento, Moore considera a possibilidade de o próprio “bom” ser uma noção analisável, composta por uma noção não-analisável. Esta noção não-analisável, que o autor atribui ao termo “certo”, seria um elemento da noção de “bom”, o que tornaria o próprio “bom”, analisável. Mas esta é uma afirmação que não é feita com muita segurança por Moore, pois ele reafirma sua crença de que uma noção não-analisável – que ele antes afirmava ser “bom” e agora sugere “certo” – está implícita no campo da ética.

Antes de aprofundarmos a argumentação, faz-se necessário explicar melhor a motivação do autor ao classificar a confusão entre “bom” e outros termos de *falácia naturalista*. Moore afirma que “bom” não é um objeto natural, no entanto não evidencia, inicialmente, quais os motivos que o levem a crer que “bom” não é um objeto natural:

Quando um homem confunde dois objetos naturais, um com o outro, definindo um pelo outro, se, por exemplo, ele confunde, o que é o objeto natural, com “satisfeito” ou, com “prazer” que são outros, então não há razão para chamar de falácia naturalista. Mas se ele confunde “bom”, que não é, da mesma forma, um objeto natural, com qualquer objeto natural, então existe uma razão para chamá-lo uma falácia naturalista; isso sendo feito com respeito a “bom” marca-o como algo bem específico, e este engano específico não recebe um nome porque é tão comum. Já para as razões pelas quais, não deve ser considerado como um objeto natural, devem ser reservadas para discussão em outro lugar. (MOORE, 1998, p. 110-111)

Apesar de não ser, inicialmente, mais detalhista nas suas razões para não classificar “bom” como um objeto natural, Moore diz que pouco importa o nome dado à

falácia – e que só o fez porque que tal erro é muito comumente cometido – o que interessa é saber reconhecer esta falácia cometida em vários livros sobre ética:

O nome, então é perfeitamente geral, não importa o que seja, alguma coisa que representa o significado de bom, a teoria ainda é Naturalismo. Seja bom definido como amarelo, azul ou verde, como alto ou suave, redondo ou quadrado, doce ou amargo, tão gerador de vida ou de prazer, tão querido ou desejado ou sentido; quer seja de um destes ou de outro objeto qualquer, no mundo, bom pode ser tido como *significado*, a teoria, que a sustenta como seu *significado*, será uma teoria naturalista. Chamei de naturalistas essas teorias porque todos aqueles termos denotam propriedades, simples ou complexas, de algum objeto natural simples ou complexo. (MOORE, 1998, p. 136)

Posteriormente, o autor delimita o que quer dizer com “propriedade natural”. Ele afirma que a referida expressão quer dizer “propriedade com a qual se ocupam as ciências naturais ou a Psicologia”:

Isto sugere que poderíamos definir “propriedade natural” como significando “propriedade com a qual se ocupam as ciências naturais ou a psicologia”; e se substituirmos por esta “propriedade da qual é mister se ocuparem as ciências naturais ou a Psicologia, ou em termos das quais pode ser completamente definida”, na verdade, penso, obtemos por fim uma definição de “propriedade natural” que realmente cobre o que eu quis exprimir pela palavra. E se mantivermos nossa definição de “propriedade metafísica” como significando “propriedade da qual um objeto supersensível na mesma relação na qual as propriedades naturais (como agora definidas) estão em relação aos objetos naturais, então “as propriedades naturais e metafísicas”, penso eu, realmente indicarão com definição muito adequada a classe de propriedades das quais quis eu asseverar que G [bom] não é idêntica a nenhuma delas. (MOORE, 1998, p. 76)

Classificada desta forma, a “propriedade natural” restringe-se às ciências naturais ou a Psicologia que procuram, através de seus conceitos, fundamentar o estudo da ética e de seus princípios. Esta pretensão – de relacionar a ética a este tipo de ciência – é que Moore chama de falácia “naturalista”, ou seja, a tentativa de definir “bom” através de propriedades pertencentes às ciências naturais.

Moore, ainda propõe um teste para verificar se bom é, ou não uma propriedade natural. Este consiste em perguntar-se se “bom” existe por si mesmo no tempo, independente de ser uma propriedade de algum outro objeto:

Ainda assim, eu disse que “bom” em si mesmo não é uma propriedade natural. Meu teste para estes também diz respeito à sua existência no tempo. Podemos imaginar “bom” existindo por si mesmo no tempo, e não meramente como uma propriedade de algum objeto natural? Por mim, não consigo imaginá-lo, embora com o grande número de propriedades de objetos – os que chamo das propriedades naturais – sua existência me pareça independente da existência desses objetos. São, antes, de fato, partes, das quais os objetos são feitos, do que meros predicados a lhes atribuir. (MOORE, 1998, p.136-137)

O autor claramente estabelece – como requisito para algo não ser uma propriedade natural – a existência no tempo, independente da existência de outros objetos que, eventualmente possam, a esse algo, se vincularem.

Superada a questão do termo “falácia naturalista”, voltamos aos eventos em que a própria é cometida. Para explicitar sua crítica, o autor nos dá o exemplo da noção “amarelo”. Algumas pessoas definirão esta noção descrevendo seu equivalente físico, afirmando que “amarelo” significa os fenômenos físicos que possibilitam ao olho humano perceber a cor amarela. Contudo, esta é uma confusão entre a percepção da cor e o que “é” a própria cor. Segundo Moore, “amarelo” não é o que percebemos, mas é o que é em si mesmo, e não outra coisa. As teorias naturalistas, segundo Moore, cometem o mesmo erro acima, ou seja, confundem “bom” com outro termo, ignorando que “bom” é *bom em si mesmo*, e não outra coisa³.

Muitos filósofos, nesta confusão, acabaram definindo “bom” como sendo “aquilo que é prazeroso”, outros como sendo aquilo que é “desejado”, e cada qual tentando provar que seu oponente estava errado, ou seja, que “bom” é o que é prazeroso, e prazeroso não é o que é desejado; ou que “bom” é o que é desejado, e desejado não é o que é prazeroso. Em outras palavras, procuraram, segundo Moore, afirmar sua teoria negando a outra, mas não dando razões para creditar a sua própria o *status* de plausibilidade.

Esta discussão, segundo Moore, nada tem haver com a Ética, e ele demonstra isso através do seguinte exemplo (MOORE, 1998, p. 108): o 1º filósofo dirá que um triângulo é um círculo; e o 2º filósofo dirá que um triângulo é uma linha reta, negando a

³ Aqui novamente Moore procura justificar a “falácia naturalista” através do argumento de que tanto “bom”, quanto “amarelo” são noções simples e não analisáveis, quando na verdade a justificação da falácia consiste no erro em substituir “bom”, no contexto moral, por outro predicado natural, oriundo das ciências naturais ou a psicologia. O fato de ser “bom” não-analisável não implica na “falácia naturalista”.

proposição do 1º, afirmando – e este é o seu único argumento – que uma linha reta não é um círculo. Já o 1º concordará com este argumento, mas ainda assim um triângulo continua sendo um círculo e ainda não se provou o contrário. Da mesma maneira a Ética naturalista, segundo Moore, está limitada a esta problematização, pois caso se admita definir “bom” como sendo outra coisa diferente, então é impossível provar que outra definição qualquer esteja errada.

Quando admitimos verdadeira a sentença “prazer é bom”, não significa que estamos afirmando que “prazer” e “bom” designam a mesma coisa, pois assim sendo seria a mesma coisa que dizer que “prazer é prazer”, ou seja uma mera tautologia. No entanto se concordarmos que se trata de duas coisas diferentes, “prazer” e “bom”, podemos, sem erro, dizer que a sentença “prazer é bom” significa que o substantivo “prazer” está sendo qualificado por outra coisa, um adjetivo, que é “bom”.

O autor afirma ainda que se desconsiderarmos a possibilidade de “bom” ser uma noção simples e indefinível, então restam somente duas alternativas:

ou é um complexo, um todo conhecido, a respeito da análise correta da qual pode haver divergência; ou, então, não significa coisa alguma, e não existe uma matéria tal como a ética (MOORE, 1998, p. 112).

No entanto, o autor diz que a refutação desses dois argumentos é muito simples. Com relação ao segundo – de que “bom” não significa coisa alguma – o argumento é que se “bom” é usado para expressar algo que é prazeroso, então sentenças do tipo “prazer é bom” são sentenças que envolvem apenas uma noção, a do prazer, e que, conseqüentemente, não pode-se falar em conexão de duas noções distintas. A este tipo de argumento, o filósofo responde da seguinte maneira:

Quem, porém, considerar atentamente consigo mesmo o que é que está defronte de sua mente quando ele pergunta “É o prazer” (ou seja lá o que for) “afinal de contas, bom?” pode facilmente satisfazer-se com o fato de que ele, não está meramente cogitando a respeito de se o prazer é prazeroso. E se ele experimentar isso com cada definição sugerida, em sucessão, ele pode se tornar bastante perito em reconhecer que, em cada caso, ele tem diante de sua mente um único objeto, com respeito à conexão de que com cada outro objeto, uma questão distinta pode ser posta. (MOORE, 1998, p.113)

Com esta objeção, Moore defende que há sim uma conexão entre noções distintas na sentença “prazer é bom”, não sendo “bom” uma noção vazia, e que apesar de não podermos explicar o que é esta noção de “bom”, temos a percepção de que ela está presente, e em conexão, com outras noções nas demais sentenças onde a palavra “bom” aparece.

Já com relação à primeira alternativa – de que “bom” é um complexo, um todo onde sua noção pode ser passível de divergência – Moore rebate com o chamado “Argumento da Questão em Aberto”. Como afirma o autor:

A hipótese que a discordância a respeito do significado de bom é discordância com respeito à correta análise de um dado “todo”, pode ser muito francamente encarada como incorreta em consideração ao fato de que qualquer definição oferecida poder ser sempre questionado, significativamente, do complexo assim definido, se é ele mesmo bom. (MOORE, 1998, p. 112)

Para compreender a crítica de Moore tomemos o seguinte exemplo: Se alguém pergunta “é um triângulo, mas têm três lados?”, obviamente está se contradizendo, ou não conhece o significado dos termos envolvidos, pois a questão de um triângulo ter três lados é uma questão fechada, não admite uma outra interpretação. Já quando perguntamos algo do tipo “isto é prazeroso, mas é bom?” – partindo do pressuposto de que “bom” significa prazer, numa definição naturalista – parece lícito dizer que tal questionamento é razoável, uma vez que sempre poderemos nos perguntar se o que produz prazer é realmente bom. Assim, definindo “bom” a partir de outras noções, a questão destas outras noções serem, ou não boas, poderá sempre ser suscitada sem incorrer em contradição, tornando a questão em aberto.

Alguns autores (Frankena, 1939) objetaram ao argumento da questão em aberto acusando-a de circularidade. Quando a questão “isto é prazeroso, mas é bom?” pode ser posta sem contradição é porque temos, segundo esses críticos, uma má definição de “bom”, quando temos uma definição de “bom” bem formulada, a mesma questão não pode ser posta sem que exista contradição. Além disso, o “argumento da questão em aberto” refere-se a um problema definicional, e não, necessariamente, está relacionado com a falácia naturalista. Entretanto a discussão da validade ou não do argumento da questão em aberto é bastante controverso, e pode ser melhor

analisado em outro trabalho, por hora nos satisfaremos em apresentá-lo da maneira que Moore o formulou.

Como já demonstrado, Moore posteriormente reviu alguns de seus argumentos, voltando atrás – em alguns momentos – no que havia afirmado e explicando melhor outros argumentos que julgou omissos ou confusos. Com relação ao termo “bom” não ser um predicado natural ou metafísico, o autor procurou delimitar melhor o que realmente quis afirmar com esta afirmação, ressaltando que, apesar desta nova delimitação ser mais clara que a anterior, não está isenta de dúvidas, merecendo, pois, uma análise ulterior. Assim, o autor apresenta duas proposições que, tomadas juntas, delimitam melhor o que a sentença “bom não é um predicado natural ou metafísico” significa:

(1) *G [bom] é uma propriedade que depende somente da natureza intrínseca das coisas que a possuem; [...]*

(2) *Ainda que G [bom] dependa somente das propriedades intrínsecas das coisas que a possuem, e seja, num certo sentido, uma espécie intrínseca de valor, não é ainda em si mesmo uma propriedade intrínseca. (MOORE, 1998, p. 84)*

As duas afirmações acima, tomadas em conjunto, parecem significar que Moore entende “bom” não, como ele havia dito inicialmente, como uma propriedade intrínseca de valor, mas como uma propriedade que depende da natureza intrínseca das coisas que possuem este predicado “bom”. Em outras palavras, “bom” não encontra um significado em si próprio, mais sim na sua relação com as coisas que possuem tal caracterização com “bom”. Tal explicação, porém, não torna menos obscuro o que realmente Moore entende por “bom”. Entretanto, há uma passagem no texto que nos dá uma pista sobre o que o autor quer nos dizer:

E na verdade não sei de quaisquer predicados, exceto G [bom] e alguns outros predicados que compartilhem a peculiaridade de que atribuí-los a coisas é atribuir uma espécie de valor a essas coisas, que me parecem nem contingentes nem intrínsecas. Ao dizer isto de G estou portanto, penso, atribuindo-lhe uma posição muito peculiar entre predicados – posição somente compartilhada com ele, tanto quanto eu possa ver, por alguns outros predicados de valor. Mas que a posição que quero lhe atribuir seja tão peculiar, não me parece de modo algum nada contra minha opinião, mas

antes a meu favor; porque, *prima facie*, a natureza dos predicados de valor realmente me parece muito peculiar. (MOORE, 1998, p. 85)

Esta passagem nos demonstra, com certa clareza, que Moore tinha em mente uma idéia muito próxima do entendimento de Hare acerca de “bom”. Como veremos no segundo capítulo deste trabalho, Hare afirma que Moore percebeu que havia alguma coisa de errado com a identificação de “bom” com outros predicados, no entanto fez uma interpretação errada do “termo” bom e do que ele representa no contexto ético. “Bom” é entendido por Hare como uma palavra de valor que, por sua vez, expressa unicamente uma aprovação, uma recomendação de certa coisa ou conduta, assim como todas as palavras de valor. Podemos dizer que esta era a noção que Moore tinha quando apresentou as duas proposições acima acerca de “bom”, não mais como uma propriedade intrínseca de valor, mas como palavra de valor propriamente dita, uma palavra que está relacionada com as coisas que a “possuem” no sentido de aprovação ou reprovação destas coisas, e que não podem ser confundidas com o significado destas coisas.

Delimitado mais claramente o seu entendimento por “bom”, Moore dá seqüência a sua crítica às chamadas “teorias naturalistas”, citando uma destas teorias éticas baseada na teoria da evolução de Darwin. Tal doutrina ética baseou-se, segundo Moore, nas conclusões dos estudos de Darwin referente à evolução dos seres vivos. Esta teoria – relacionada aos assuntos da biologia – afirma que quando há modificações na formulação dos corpos dos seres vivos de uma geração para outra, isto significa que há uma “evolução” da espécie para melhor adaptar-se ao meio em que vive, refletindo, esta evolução, na chamada *seleção natural*, em que os mais fracos não sobreviveriam, somente os mais fortes. Neste sentido a passagem a seguir:

Quando certas variedades ocorreram (a causa de sua ocorrência é, ainda, no geral, desconhecida), pode ser que alguns dos pontos, nos quais elas variaram de sua espécie ancestral ou de outras espécies então existentes, tornaram-se melhor dotadas para persistirem no meio no qual se encontravam, menos sujeitas a serem eliminadas. Poderiam, por exemplo, ser melhor condicionadas para resistir ao frio e ao calor ou alterações de clima; melhor preparadas para encontrar alimentos no meio em que viviam; melhor equipadas para escapar e/ou resistir a outras espécies que se alimentavam delas; melhor formadas para atraírem ou dominar o sexo oposto. Estando, assim, menos sujeitas à morte, sua quantidade,

relativamente a outras espécies, aumentaria e seu próprio aumento em número podia levar a extinção dessas outras espécies. Esta teoria, à qual Darwin chamou de “Seleção Natural”, foi também chamada a teoria do mais apto. (MOORE, 1998, p. 141-142)

Moore ressalva, desde o início, que a sobrevivência do mais apto a resistir ao ambiente não significa a sobrevivência do mais apto que preencha uma boa finalidade:

Essa teoria explicará, igualmente bem, como, por uma alteração no ambiente (o esfriamento natural da Terra, por exemplo), espécies bem diferentes do homem, uma espécie que pensamos ser infinitamente inferior, pode sobreviver a nós. A sobrevivência do mais *apto* não significa, como se pode supor, a sobrevivência do que é mais apto a preencher uma boa finalidade – melhor adaptado para um bom fim; finalmente, ele significa meramente a sobrevivência do mais apto a sobreviver, e o valor da teoria científica – e é uma teoria de enorme valor –, consiste apenas em mostrar quais são as causas que produzem certos efeitos biológicos. Ela não pode pretender julgar se esses efeitos são bons ou maus. (MOORE, 1998, p.142)

No ensinamento do filósofo a teoria de Darwin – que tem, para ele, uma grande relevância para a ciência da biologia – não pode servir de embasamento para teorias filosóficas acerca do valor de princípios éticos. Spencer, em especial, é um dos autores que Moore acusa de cometer este tipo de falácia naturalista, ao pretender justificar a sua teoria ética através da analogia com a teoria da evolução.

Ao expor a teoria ética de Spencer, Moore diz que o autor tentou provar que a conduta ética é a expressão da conduta universal nos seus últimos estágios de evolução, sendo, esta conduta ética, exibida pelos *mais elevados tipos de seres quando eles são forçados – pelo aumento de seu número – a viver cada vez mais na presença de seus companheiros* (MOORE, 1998, p. 143). Spencer, citado por Moore, afirma ainda que as atividades humanas ao tornarem-se mais industriais e menos militantes – não necessitando mais de conflitos, mas sim de cooperações – ganham *sanção ética*, e que as idéias morais predominantes harmonizam-se com a hipótese de evolução.

Moore explica que se tomarmos o argumento de Spencer no sentido estrito – de que as proposições morais são implicações da hipótese da evolução – então não há dúvidas que cometeu a “falácia naturalista”. Spencer postula que na medida em que a conduta apresenta certas características ela ganha *sanção ética*, sem, no

entanto, mostrar a prova desta implicação. Moore admite que uma outra interpretação pode ser dada ao argumento de Spencer, por ser demasiadamente vago com relação ao seu ponto de vista. Neste sentido a passagem a seguir:

O que tentou provar é somente que, na proporção em que a conduta exhibe aquelas características, é *mais evoluída*. Está claro, portanto, que Spencer *identifica* o ganho de sanção ética como sendo mais evoluído; isto decorre, estritamente, de suas palavras. Mas a linguagem de Spencer é extremamente vaga e devemos, presentemente, ver que ele parece considerar como falso o ponto de vista aqui exposto. Não podemos, *consequentemente*, tomar o ponto de vista de Spencer como definitivo, que “melhor” signifique nada mais que “mais evoluído” ou mesmo o que é “mais evoluído” é consequentemente “melhor”. Mas temos o direito de advertir que ele está influenciado por aquelas posições e assim, pela falácia naturalista. (MOORE, 1998, p. 143)

Segundo Moore, Spencer credita a evolução da conduta a responsabilidade pela sanção ética que a mesma adquire, sem mostrar qual é a conexão necessária entre os dois termos, ou melhor, não demonstra como uma conduta passa a ter *sanção ética* através de sua evolução. Para Moore não significa, necessariamente, que uma conduta mais evoluída seja melhor ou mais elevada, apesar desta possibilidade ser razoável. O fato de uma conduta mais evoluída ser também melhor em determinados casos, não significa que será em *todos* os casos, como sugere Spencer.

Spencer, citado por Moore, continua sua argumentação afirmando que o prazer – ou seja qual nome for dado a um *estado desejável de sentimento* – é um *fim moral máximo* que todas as teorias morais devem buscar, sendo ele – o prazer – *um elemento* inexpugnável dessa concepção ética. Isso significa dizer que para Spencer, o único bem é o prazer. Além disso, identifica uma conduta mais *evoluída* como sendo uma conduta melhor, neste sentido a passagem a seguir:

Mas Spencer nos diz que duas condições são tomadas juntas, *suficientes* para provar que mais evoluída a conduta melhor: (1) Que ela deve tender a produzir mais vida; (2) Que a vida deve valer a pena ser vivida ou conter um equilíbrio de prazer. E o ponto que desejo enfatizar é que se essas condições são suficientes, então o prazer não pode ser o único bem. Pois se produzir vida é, se a segunda proposição de Spencer estiver correta, *um modo* de produzir mais prazer, não é o único meio. É bem possível que uma pequena quantidade de vida, que esteve mais intensa e uniformemente presente, deva

dar uma quantidade maior de prazer que a maior quantidade possível de vida que apenas “valeu a pena viver”. (MOORE, 1998, p. 146)

Aqui, Moore levanta a questão da mensurabilidade da teoria proposta por Spencer, caso considere o prazer como *único* bem. Ao propor duas condições suficientes para tornar a conduta mais evoluída, a saber: (1) produzir mais vida; (2) viver com prazer; a teoria de Spencer não dá conta de resolver a questão hipotética proposta por Moore, pois as duas condições entram em choque, não mais harmonizando-se para o mesmo e único fim, o prazer. A situação pode desenrolar-se de modo que a escolha reduza-se a apenas duas alternativas: “Viver menos, mas intensamente e prazerosamente, ou viver mais e com menos prazer e intensidade?” Se a questão da quantidade de vida deve ser levada em consideração, o prazer não é mais o único bem almejado, caso contrário, há um desacordo nas duas condições propostas por Spencer.

Assim, as teorias evolucionistas defendidas por alguns autores, entre eles Spencer, comentem, de modo geral, a falácia naturalista, ao defender que podemos orientar a conduta humana de acordo com as leis da natureza, sem dar qualquer motivo ou mostrar uma conexão necessária entre as duas coisas (lei da natureza e conduta humana).

1.4 Relações de definição (Moore) e inferência (Hume)

Após a apresentação da *Lei de Hume* (guilhotina de Hume) e da exposição da “falácia naturalista” proposta por Moore, estamos em condições de notar que ambos fazem uma forte crítica ao mesmo assunto, ou seja, o problema da conexão, feita por alguns autores, entre dois campos completamente diferentes: o campo do *dever ser* (das propriedades morais) com o campo do *ser* (propriedades naturais).

A analogia das duas críticas é inevitável. De um lado o problema inferencial, calcado na impossibilidade de derivar regras morais de um campo completamente diferente; e de outro a impossibilidade de definir, através de propriedades naturais, o termo “bom” que – como Moore posteriormente reconheceu – está mais associada a

palavras de valor, e por consequência ligada a aprovação ou reprovação de algo, do que propensa a conceituação ou definição. Vejamos o que Sautter expõe a respeito:

A Lei de Hume e a sua recíproca, a tese de que o que pertence ao domínio do ser nunca pode ser deduzido do que pertence ao domínio do dever ser, são os correlatos, no plano lógico, de teses de Moore, no plano conceitual, sobre a impossibilidade de definir o que pertence ao domínio do dever ser por intermédio do que pertence ao domínio do ser e definir o que pertence ao domínio do ser por intermédio do que pertence ao domínio do dever ser, respectivamente. Ambas, Lei de Hume e a sua recíproca, ocupam posições proeminentes nas discussões de metaética. (SAUTTER, 2006, p 242)

A passagem acima revela o entendimento do autor acerca da correlação das duas críticas propostas. O problema inferencial de Hume, no campo lógico, é análogo ao problema definicional de Moore. Com isso, percebemos que Hume foi pioneiro na identificação do problema que, posteriormente foi mais bem analisado por outros autores. A *Lei de Hume*, entretanto, foi uma breve observação feita pelo autor ao final do Livro III, Parte I, Seção I, que trata do seu entendimento acerca das questões morais. No decorrer do mesmo livro o autor defende que a moral é mais sentida do que julgada, não cabendo a razão o papel principal nesta conjuntura (Hume, 2000). Tal afirmação, todavia, não vai de encontro ao que expressa o argumento da “guilhotina de Hume”. Fazemos esta pequena observação por considerar importante lembrar que não é objeto deste trabalho fazer uma defesa do entendimento de Hume acerca da Moral, uma vez que o autor que propomos analisar neste trabalho (Hare), tem um entendimento completamente diferente da última afirmação acima atribuída a Hume. Hare, como veremos no próximo capítulo defende a visão de que a racionalidade é o único instrumento capaz de nos guiar no que diz respeito à moralidade.

CAPÍTULO 2 - A CRÍTICA DE HARE AO NATURALISMO

Neste segundo capítulo apresentarei a crítica de Hare às chamadas “teorias naturalistas”, que pretendem definir palavras de valor (como “bom” ou “justo”) a partir de um conjunto de características mais primitivas que não expressam diretamente valores. Para tanto será necessário primeiro examinar o que Hare entende por “linguagem prescritiva”, reproduzindo o esquema feito na obra “A Linguagem da Moral” (1996), com um enfoque especial nos juízos de valor. Em seguida farei uma análise, dentro do contexto da obra hareana, dos imperativos e de sua lógica, expondo a análise das sentenças proposta por Hare, decompondo-as em *frástica* e *nêustica*. Após explanarei sobre a Teoria do Significado, proposta por Hare - que se refere a um *estado de coisas efetivo ou possível* - para justificar a lógica do discurso prescritivo. Por fim, apresentarei a crítica de Hare às chamadas teorias naturalistas, sendo que duas teorias serão criticadas na primeira parte da obra acima citada, uma terceira crítica, presente na segunda parte da obra acima citada, será feita por Hare a partir da crítica anteriormente elaborada por Moore (apresentada no Capítulo 1 deste trabalho), entretanto usando um novo argumento para atacar o naturalismo, e por fim, apresentarei a quarta crítica, presente na obra “Ética: Problemas e respostas” (1998), onde o autor destaca novamente o relativismo presente nas teorias naturalistas.

2.1. Linguagem prescritiva.

As escolhas morais a que somos submetidos no cotidiano requerem de nossa parte uma deliberação, uma decisão, uma atitude a ser tomada frente às alternativas que se apresentam. A melhor forma, segundo Hare, para identificar os princípios morais nos quais o agente acredita, caso realmente ele acredite em algum princípio⁴, é analisar o que esse agente faz quando exposto a estas situações de escolha:

⁴ Hare faz uma ressalva na hipótese do agente tomar decisões sem levar em conta qualquer princípio moral, apenas porque quis assim, o que tornaria a decisão “arbitrária”. Entretanto o autor afirma que mesmo nestes casos, o “querer” do agente seria uma razão para a escolha. (HARE, 1996, p. 62)

Se perguntássemos a uma pessoa “Quais são seus princípios morais?”, a maneira pela qual poderíamos ter mais certeza de uma resposta verdadeira seria estudando o que ela *faz*. (...) quando estivesse frente a escolhas ou decisões entre cursos de ações alternativos, entre respostas alternativas à questão “O que devo fazer?”, conhecendo todos os fatos relevantes de uma situação, ela revelaria em quais princípios de conduta realmente acredita. (HÁRE, 1996, p.3)

Essas escolhas – aqui entendidas não como deliberação somente, mas deliberação seguida de uma ação correspondente – estão orientadas, como descritas acima, pelos princípios morais nos quais o agente acredita. Este universo de princípios, condutas, escolhas e ações são expressas, no campo moral, através de uma linguagem, que Hare nomeia de “linguagem da moral”. O autor qualifica a linguagem da moral, utilizada para expressar juízos morais, como pertencente ao gênero “linguagem prescritiva” e distingue esta da “linguagem descritiva” (Hare, 1996, p. 4).

Segundo Hare, esta “linguagem da moral” pode ser analisada através de sentenças que representam as ações e princípios que envolvem o universo da moral. A análise destas sentenças permitirá a Hare argumentar em favor da aplicação da lógica ao discurso prescritivo e também permitirá elaborar uma crítica às chamadas teorias naturalistas.

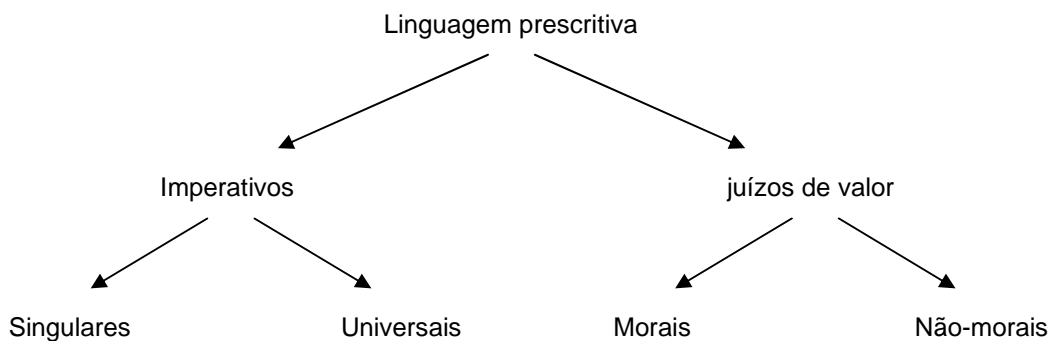
Vejamos o que autor afirma sobre o estudo da ética no Prefácio da obra citada acima:

A ética, tal como a entendo, é o estudo lógico da linguagem moral. De modo geral, é mais fácil compreender a lógica muito complexa dos termos morais quando se tem algum conhecimento dos tipos mais simples de lógica. (HARE, 1996, VII)

Em outra passagem Hare esclarece que *as atitudes que fazem com que nós respeitemos as leis da moralidade são uma necessidade social; não poderíamos viver em comunidades sem elas*. (Hare, 1998, p.42-43), ou seja, dependemos da moralidade, e de suas regras, para haver a possibilidade de um convívio harmonioso entre pessoas.

Hare acredita que a construção de um bom argumento moral implica na correta aplicação da lógica no discurso moral, ou seja, ele argumenta que os enunciados

morais podem ser passíveis de verificação no que se referem as suas condições de verdade. Para tanto ele defende a análise lógica das palavras morais na linguagem prescritiva. Antes, porém, é necessário construir uma classificação da linguagem prescritiva, a fim de defender o uso da lógica neste tipo de linguagem. Para isso, Hare propõe comparar as sentenças prescritivas com outros tipos de sentenças e, em seguida, comparar as sentenças morais com outras sentenças prescritivas, propondo uma classificação desta linguagem que pode ser assim dividida:



Ressalva o filósofo que esta classificação não é exaustiva e, apesar de incompleta, é suficiente ao que se propõe. Conforme o esquema, a linguagem prescritiva estaria dividida em duas: os imperativos e os juízos de valor. A primeira seria, de um modo muito simplificado, representada pelos comandos (ordens, instruções, conselhos, etc.), podendo ser singulares ou universais – esta última divisão não interessa ao presente trabalho e, por este motivo, não será aprofundada. A segunda seria representada pelas sentenças cujo sentido é avaliativo, ou seja, uma aprovação, ou não, de um determinado fato ou objeto. Estes juízos de valor estão subdivididos em morais e não morais.

Hare opta por assim classificar as sentenças com o objetivo de demonstrar que os imperativos e os juízos de valor possuem algumas dessemelhanças na estrutura lógica de suas sentenças, tornando mais claro o entendimento dos juízos de valor, e conseqüentemente dos juízos morais. Como evidenciado na passagem a seguir:

Uma maneira antiquada, mas ainda útil, de estudar qualquer coisa é *per genus et differentium*; se a linguagem moral pertence ao gênero “linguagem

prescritiva”, compreenderemos muito facilmente sua natureza se compararmos e contrastarmos, antes de tudo, a linguagem prescritiva com outros tipos de linguagem e, depois, a linguagem moral com outros tipos de linguagem prescritiva. (HARE, 1996, p.4)

É preciso ressaltar que o autor acredita numa “heterogeneidade” do discurso prescritivo, ou seja, apesar de defender a aplicabilidade da lógica ao discurso prescritivo, Hare (1998, p.32) acredita que “juízos morais não são apenas como imperações comuns”, ambos possuem semelhanças e não identidade, e a “A relevância de tudo isso para a ética é que os juízos morais são, em um sentido a ser explicado mais tarde, prescritivos e, portanto, em alguns aspectos similares às imperações” (1998, p. 38).

A semelhança a que se refere o autor está na noção de *prescritividade*, ou seja, ambos, imperativos e juízos de valor recomendam uma ação, uma atitude da pessoa a quem o interlocutor profere a sentença, como expresso na passagem a seguir:

Juízos com “deve” são prescritivos e, neste aspecto, são como as imperações porque, em seus usos típicos, concordar com eles, se for genuíno, requer uma ação em conformidade com eles nas situações em que a ação requerida é uma ação da pessoa que está concordando. (HARE, 1998, p.32)

As principais diferenças entre comandos e juízos de valor são duas. A primeira delas é que nos juízos de valor há uma palavra de valor envolvida na questão (bom, mau, certo, errado, justo, injusto, etc.), o que não ocorre nos comandos. A segunda diferença reside na questão da universalizabilidade dos juízos de valor, não presente nos imperativos/comandos. Hare usa um exemplo para explicitar essa diferença:

É verdade que também as imperações são normalmente proferidas por alguma razão. Mas não tem de ser. Se um sargento está tentando ver se um recruta novato vai obedecer a ele, pode dizer-lhe “Direita volver”, e pode não ter nenhuma razão para dizer isto em vez de “Esquerda volver”. Mas com “dever” é diferente. Tomando um exemplo não moral: suponhamos que em vez disso, eles estejam fazendo um exercício tático e o instrutor diga “Você deve atacar pela direita”. Tem de haver, nos fatos da situação, uma razão pela qual eles devem atacar pela direita em vez de pela esquerda. (HARE, 1998, p. 32-33)

Ainda sobre esta *universalizabilidade*: as imperações podem ser variáveis como evidenciado no exemplo acima (tanto a ordem para virar à esquerda, quanto para virar

à direita são válidas, uma vez que o resultado desta ação será o mesmo: a obediência do soldado), já os juízos de valor devem levar em consideração os fatos para sua formulação, assim se os fatos são rigorosamente os mesmos, necessariamente devemos emitir o mesmo juízo para ambos, o que garante esta universalizabilidade de julgamentos:

(...) se fizemos um juízo a respeito de uma situação, não podemos, ao admitir que os fatos são os mesmos em outra situação. Fazer simultaneamente um juízo conflitante a respeito da segunda situação. (...) Essa é a base para aquela característica dos juízos normativos chamada de *universalizabilidade* (H. 1963a , cap. 2), e os juízos morais compartilham essa característica. (HARE, 1998, p. 34)

Retomando a divisão feita por Hare, os juízos de valor estão subdivididos em *juízos de valor morais* e *juízos de valor não-morais*. A característica que permite classificar estas duas espécies como juízos de valor é, obviamente, o elemento valorativo presente em ambos, por exemplo: quando emitimos um julgamento sobre a beleza estética de um quadro, estamos proferindo um juízo de valor, qual seja, a beleza da peça em questão; quando dizemos que um jogador de futebol fez uma excelente jogada, novamente estamos analisando valorativamente sua ação dentro do campo de acordo com as regras do jogo; e quando afirmamos que uma pessoa agiu corretamente ao prestar socorro a uma vítima de atropelamento, também aprovamos sua conduta, afirmando que o indivíduo teve um comportamento exemplar. Nos três casos acima há uma palavra de valor envolvida no julgamento das sentenças, que poderíamos, sem arbítrio, afirmar que esta palavra seja “bom” (bom quadro, boa jogada, boa conduta, etc.).

Sem dúvida poderíamos afirmar que tal valoração não é uma mera constatação de um fato, e sim um julgamento, uma decisão, uma escolha que tomamos frente a um fato. Há uma diferença entre os juízos de valor nos exemplos citados, a saber: os dois primeiros referem-se a juízos de valor não-morais; e o terceiro refere-se a um juízo de valor moral, Hare especifica o critério que deve ser usado para que se estabeleça uma diferença entre juízos de valor *morais* e *não morais*. Vejamos a passagem a seguir:

Quando empregamos a palavra “bom” para aprovar moralmente, estamos sempre direta ou indiretamente aprovando *peçoas*. Até mesmo quando usamos a expressão “bom ato” ou outras como ela, a referência é indiretamente a personagens humanas. Isso, como foi assinalado várias vezes, constitui uma diferença entre palavras “bom” e “correto”. Portanto, ao falar de bondade moral, falarei somente da expressão “homem bom” e de expressões similares. Temos de considerar se esta expressão tem as mesmas características lógicas que os usos não-morais de “bom” que estivemos discutindo, lembrando que, evidentemente, “homem” em “homem bom” normalmente não é uma palavra funcional e nunca o é quando se dá uma aprovação moral. (HARE, 1996, p.153)

O argumento acima revela que Hare diferencia os juízos de valor morais dos não-morais através do critério de aplicação do mesmo, ou seja, quando a palavra de valor for usada para aprovar pessoas e suas condutas, será o caso de um juízo de valor moral, nos demais casos será um juízo de valor não-moral.

A escolha por este critério de diferenciação entre juízos de valor morais e não-morais – de se referir a pessoas no primeiro caso – se deve, evidentemente, ao fato de que a moralidade está relacionada à conduta de “pessoas”, ao comportamento do indivíduo enquanto membro de uma sociedade regida por regras de convívio.

Mas há outro fator que é essencial para o uso do critério adotado pelo autor. A este critério deliberadamente daremos o nome de *princípio de identificação*. Vejamos o argumento proposto pelo autor de que um juízo de valor é moral quando ele pode nos afetar no futuro se, ocasionalmente, estivermos numa situação semelhante a que estamos avaliando no momento:

Comovemo-nos com a bondade dos homens porque somos homens. Isso significa que a aceitação de um juízo, de que tais e tais atos de um homem são bons em certos tipos de circunstâncias, envolve a aceitação do juízo de que seria bom, se estivéssemos em circunstâncias semelhantes, agir da mesma forma. E já que poderíamos ser colocados em circunstâncias semelhantes, somos tocados profundamente pela questão. Somos tocados menos profundamente, deve-se admitir, pela questão de se foi um ato mau de Agamenon sacrificar Ifigênia, do que pela questão de se foi um ato mau da Sra. Smith viajar de trem sem pagar sua passagem, pois não é provável que fiquemos na posição de Agamenon, mas a maioria de nós viaja de trem. É provável que a aceitação de um juízo moral sobre o ato da Sra. Smith tenha uma influência mais estreita sobre nossa conduta futura do que a aceitação de um juízo sobre o ato de Agamenon. (HARE, 1996, p. 149)

Tal argumento mostra que o autor diferencia um juízo de valor moral de um não-moral quando há uma identificação da conduta avaliada com a possibilidade do agente avaliador desta conduta vir a estar futuramente na mesma situação que a pessoa avaliada pelo juízo de valor, uma vez que sua avaliação “recomenda” seus próprios atos futuros.

Hare propõe um exemplo explicar seu critério de identificação. *Posso querer, se eu estiver sendo torturado, que o torturador deva continuar me torturando?* (Hare, 1998, p. 180). Motivado por esta questão, o autor delimita o conceito de identidade pessoal:

Estou propenso à visão de que, se quero que a tortura deva continuar na situação hipotética, não estou pensando na vítima como *eu mesmo*. Como eu disse em *MT*, há vários critérios diferentes de identidade pessoal que coincidem em quase todos os casos, de forma que não surge nenhum problema; (...)

(...) Uma das características (embora não exatamente um *critério*) de identidade pessoal é esta: se estou pensando numa possível pessoa futura como eu mesmo, tenho de me identificar com ela a ponto de preferir que suas preferências devam ser satisfeitas. Ou seja, é parte do conceito de identidade pessoal que cada pessoa tenha interesse no *próprio* futuro. (HARE, 1998, p. 181)

Assim, a identificação pessoal, necessária ao princípio de identificação, só é válida se nos identificamos com a nossa pessoa futura (que poderá vir a estar na mesma situação da pessoa presente), ao ponto de preferir suas preferências.

2.2. Análise dos imperativos.

Antes de aprofundarmos esta análise, se faz necessário explanar sobre a Teoria Verificacionista, que postula que somente sentenças que possuem valor-de-verdade, ou seja, que possuem um significado real, comprovável empiricamente, é que podem ser alvo da lógica.

Tomemos os seguintes exemplos:

Deus é um ser que tem todas as perfeições	– Premissa 1
A existência é uma perfeição	– Premissa 2

Logo, Deus existe

– Conclusão

Isso significa dizer que a conclusão não possui valor-de-verdade, pois não corresponde a um evento comprovável empiricamente e, conseqüentemente, não se pode dar um tratamento lógico a ela. Tampouco se pode dispensar um tratamento lógico à primeira premissa.

Agora analisemos outro exemplo;

Fulano veio de Nova York.

– Premissa 1

Fulano percorreu o trajeto de avião.

– Premissa 2

Fulano veio de Nova York voando.

– Conclusão

Somente as sentenças demonstradas no exemplo acima poderiam passar pelo crivo da Teoria Verificacionista, pois se referem a uma realidade comprovável empiricamente, e passíveis de receberem um tratamento lógico. A estas sentenças chamamos de descritivas.

Desta forma, as sentenças imperativas – que se referem a eventos futuros ou imediatamente futuros, já que tratam de prescrições a serem realizadas – não satisfariam o critério proposto pela teoria acima citada, pois não poderiam ser verificadas empiricamente, uma vez que não tratam de eventos mas da possibilidade de um conjunto de eventos a serem produzidos.

Hare, entretanto, acredita que o fato de sentenças imperativas não descreverem eventos reais comprováveis empiricamente, mas possibilidade de eventos, não é uma barreira intransponível para aplicar uma lógica aos imperativos, e que o critério de verificação proposto pelos Verificacionistas, de que somente afirmações de fato podem receber o tratamento lógico, é falso, pois:

... caso se alegue que uma sentença expressa uma afirmação de fato e, não obstante, não temos nenhuma idéia do que aconteceria se fosse verdadeira, então essa sentença (para nós) não tem significado. Porém se esse critério de significação, que é útil no caso de afirmações de fato, for aplicado indiscriminadamente a tipos de elocução que não pretendem expressar afirmações de fato, surgirão problemas. As sentenças imperativas não satisfazem esse critério, e pode ser que sentenças que expressam juízos

morais também não; mais isso mostra apenas que elas não expressam afirmações no sentido definido pelo critério, e esse sentido pode ser mais restrito do que o do uso normal. Isso não significa que não têm significado ou mesmo que seu significado é de um caráter tal que não se pode fornecer nenhuma regra lógica para seu emprego. (HARE, 1996, p.10)

Hare enfatiza que a diferença entre sentenças descritivas e imperativas não está no fato de que simplesmente uma satisfaz o critério de verificação e outra não, já que ambas tratam de um mesmo assunto, mas sua diferença reside na forma com elas se referem a este assunto. Neste sentido a passagem a seguir:

É difícil negar que há uma diferença entre afirmações e comandos; mas é muito mais difícil dizer precisamente qual é a diferença... A distinção encontra-se entre os significados que as diferentes formas gramaticais expressam. Ambas são empregadas para falar sobre um assunto, mas são empregadas para falar dele de maneiras diferentes. As duas sentenças, “Você vai fechar a porta” e “Feche a porta”, falam sobre você fechar a porta no futuro imediato, mas o que elas dizem sobre isso é bem diferente. Uma sentença indicativa é utilizada para contar a alguém que algo acontece; um imperativo não – é usado para dizer a alguém que faça algo acontecer. (HARE, 1996, p.7)

E para reforçar o argumento que as sentenças imperativas (comandos) podem receber um tratamento lógico de suas sentenças o autor afirma:

... como demonstrei, os comandos, por que se destinam, assim como as afirmações, essencialmente a responder questões colocadas por agentes racionais, são regidos por regras lógicas, como as afirmações. E isso significa que os juízos morais também podem ser regidos dessa forma. (HARE, 1996, p. 17)

Para clarificar o argumento proposto pelo autor, a saber, de que os imperativos obedecem a uma estrutura lógica tanto quanto o indicativos, Hare faz uma análise destes imperativos mediante uma remodelação das sentenças, que passarei agora a discorrer.

2.2.1 Frástica e nêustica

Tomemos o exemplo do próprio Hare. As sentenças *Você vai fechar a porta* e *Feche a porta* referem-se, ambas, a uma mesma coisa, que é fechar a porta no futuro

imediatamente. Para tornar mais evidente a parte idêntica entre estas, o autor propõe uma remodelação, para que uma única expressão possa significar o que ambas têm de idêntico. Tal expressão, no caso apresentado, poderia ser a seguinte: *Você fechar a porta num futuro imediato*. A esta expressão – que representa a parte idêntica das sentenças que tratam de um mesmo assunto – Hare dá o nome de *Frástica*.

Apesar das duas sentenças - *Você vai fechar a porta* e *Feche a porta* – tratar de um mesmo assunto, há algo de diferente no que diz respeito ao modo como nos referimos a elas. Para compreendermos o que o falante está dizendo sobre a *Frástica* – parte idêntica das sentenças que tratam de um mesmo assunto – devemos adicionar algo a esta expressão que seja possível entender se o interlocutor está afirmando/descrivendo algo que está acontecendo, ou se está ordenando que faça algo acontecer.

Esta expressão adicional deve ser capaz de corresponder a um comando ou a uma afirmação. Assim, à *Frástica* podemos adicionar as palavras *sim* (significando uma afirmação) e *por favor* (significando um comando), passando as sentenças a serem escritas da seguinte forma:

Você fechar a porta no futuro imediato, sim.

Você fechar a porta no futuro imediato, por favor.

A primeira corresponderia à sentença *Você vai fechar a porta*, e a segunda corresponderia à sentença *Feche a porta*. A esse componente, que representa o diferente modo de como nos referimos a *Frástica*, Hare dá o nome de *Nêustica*. Disto podemos concluir que o autor dirige sua atenção – para descobrir a diferenças entre comandos e afirmações – para a *Nêustica*, afirmando que a primeira diferença está no modo como assentimos a uma afirmação ou a um comando:

Se assentimos a uma afirmação, somos considerados sinceros em nosso assentimento se – e apenas se – acreditamos que ela é verdadeira (acreditamos no que disse o falante). Se, por outro lado, assentimos a um comando de segunda pessoa dirigida a nós, somos considerados sinceros em nosso assentimento se – e apenas se – fizemos ou decidimos fazer o que o falante ordenou que fizéssemos; (...) Assim podemos caracterizar provisoriamente a diferença entre afirmações e comandos dizendo que,

embora o assentimento sincero ao primeiro envolva *acreditar* em algo, o assentimento sincero ao segundo implica (na ocasião adequada e se estiver ao nosso alcance) *fazer* algo. (HARE, 1996, p.22)

Esta passagem, apesar de simplificada, deixa claro a primeira diferença entre comandos e afirmações apontada pelo autor, que reside ao modo como assentimos a uma sentença, ressaltando que no caso de afirmações basta acreditar sinceramente no que se está dizendo e no caso de comando é necessário, além de acreditar, uma ação subsequente para realizar o que está sendo comandado.

2.2.2. Lógica dos imperativos

Para defender seu ponto de vista sobre a aplicabilidade da lógica ao discurso imperativo, Hare apresenta dois argumentos: A existência de palavras lógicas na *Frástica* das sentenças; e a Teoria do Significado, que interpreta sentenças imperativas e indicativas como sentenças referentes a um *estado de coisas efetivo ou possível*. A seguir passarei a discorrer sobre o primeiro argumento.

O autor argumenta que o discurso imperativo é passível de análise lógica uma vez que os conectivos lógicos “se”, “e” e “ou” estão presentes na *Frástica*, ou seja, na parte comum às sentenças indicativas e imperativas, permitindo fazer com as sentenças imperativas remodeladas, tudo que se faz com as sentenças indicativas. Neste sentido a passagem a seguir:

Indiquei no artigo já mencionado que, em seus usos comuns, os conectivos lógicos comuns “se”, “e” e “ou”, como o sinal de negação, são tratados da melhor forma como parte das frásticas das sentenças. Isso significa que eles são comuns aos indicativos e aos imperativos. (...) Utilizando os conectivos lógicos comuns, tal como são usados no modo indicativo, nas frásticas de nossas sentenças imperativas remodeladas, poderíamos fazer com o modo imperativo revisado tudo o que agora fazemos com o natural. (HARE, 1996, p. 23)

Desta forma, o autor equipara a sentença prescritiva à sentença indicativa sob o ponto de vista da lógica, já que os conectivos lógicos estão presentes na frástica das sentenças, assim como os quantificadores “todos” e “nenhum”, como afirma Hare na obra *A Linguagem da moral*:

Ora, a palavra “todos” e outras palavras lógicas são utilizadas em comandos, assim como em afirmações. Segue-se que deve haver também relações de implicação entre comandos, pois, do contrário, seria impossível dar algum significado a essas palavras tal como utilizadas neles. Se tivéssemos de descobrir se uma pessoa sabe o significado da palavra “todas” em “Leve todas as caixas para a estação”, teríamos de descobrir se ela compreende que uma pessoa assentiu a esse comando e também à afirmação “Esta é uma das caixas” e, não obstante, se negou a assentir ao comando “Leve esta à estação”, somente poderia fazê-lo se estivesse interpretando mal uma dessas três sentenças. Se essa espécie de teste fosse aplicável, a palavra “todos” (tanto em imperativos como em indicativos) seria inteiramente destituída de significado. (HARE, 1996, p. 27)

De acordo com este argumento, percebemos que caso a conclusão não se conclua através das premissas, o problema está na má interpretação do significado das sentenças por parte da pessoa em questão, e tal erro ocorre tanto em sentenças indicativas quanto em sentenças imperativas. Vejamos os seguintes exemplos:

Modo imperativo

Pinte todos os móveis desta casa	- premissa 1
Este é um dos móveis desta casa	- premissa 2
Não pinte este móvel	- conclusão

Modo indicativo

Fulano pintou todos os móveis da casa	- premissa 1
Este é um dos móveis da casa	- premissa 2
Fulano não pintou este móvel	- conclusão

Ambos os modos tratam de um mesmo assunto, e ambos demonstram a mesma incoerência entre as conjunções de suas premissas e suas conclusões, pois o erro está no não entendimento do significado da palavra lógica “todos”. Tal erro relaciona-se à parte da Frástica das sentenças e, logo, tanto as sentenças imperativas, quanto as indicativas, produziram argumentos inválidos devido a equívoco. Com este argumento, Hare demonstra que é possível a aplicação da lógica aos imperativos, uma vez que as palavras lógicas como “todos”, “nenhum” e os conectivos “se”, “e” e “ou”, estruturam tanto os indicativos, quanto os imperativos, já

que forma a parte comum a ambos, a saber: a Frástica das sentenças. O autor nos mostra outro exemplo de inconsistência na Frástica das sentenças:

As imperações podem, com certeza, ser inconsistentes umas com as outras (por exemplo, “Feche a porta” e “Não feche a porta”). A inconsistência, aqui, está no âmbito do que chamarei de frástico, que o imperativo compartilha com seu indicativo correspondente, de modo que a fonte da inconsistência é a mesma para ambos e, portanto, também o é a natureza da falha lógica. (HARE, 1998, p. 35)

Surge a questão de saber em que modo (indicativo ou imperativo) a conclusão deve estar se uma das premissas está no indicativo e outra está no imperativo. Para superar tal obstáculo, Hare propõe duas regras, que mais adiante fundamentará sua rejeição ao naturalismo, que prescrevem o seguinte:

(1) *Nenhuma conclusão indicativa pode ser extraída validamente de um conjunto de premissas que não possa ser extraído validamente apenas dos indicativos dentre elas.*

(2) *Nenhuma conclusão imperativa pode ser extraída validamente de um conjunto de premissas que não contenha pelo menos um imperativo.*

É na segunda regra que Hare volta suas atenções. Ele cita alguns autores que também indicaram a impossibilidade que derivar conclusões imperativas a partir de premissas indicativas apenas. Entre estes autores estão D. Hume, e a famosa *Guilhotina de Hume*, argumento que destrói teorias que pretendem concluir o *dever-ser* a partir do *ser*; E. Kant e a *heteronomia da vontade* como resultado da busca do princípio nos seus próprios objetos; e G. Moore, que argumentou sobre a impossibilidade de caracterização da palavra “bom”. Tais argumentos serão expostos mais adiante.

A seguir passarei a tratar do segundo argumento dado por Hare para justificar a aplicabilidade da lógica ao discurso imperativo, a saber: a Teoria do Significado.

2.2.3. Teoria do significado (Estado de coisas efetivos ou possíveis)

Como resposta a Teoria Verificacionista, de que somente sentenças empiricamente comprováveis podem ter significado através da satisfação do critério de valor-de-verdade, Hare propôs analisar as sentenças, imperativas e indicativas, de outra maneira, levando em consideração um *estado de coisas efetivos ou possíveis*, ou seja, analisando as sentenças, tanto indicativas quanto imperativas (já que o elemento Frástico é comum a ambas), com relação a estados de coisas possíveis de acontecer no mundo real. As sentenças indicativas serão qualificadas, nessas condições, ou seja, quando são significativas, de verdadeiras ou falsas, enquanto que as sentenças imperativas serão qualificadas, nessas condições, de válidas ou inválidas. O trecho a seguir exprime o pensamento do autor:

Os modos imperativo e indicativo também têm em comum, por conta de seu elemento frástico comum, tudo o que se refere a estados de coisas efetivos ou possíveis. Há um estado de coisas possível a que se refere a frástica “Você fechar a porta no futuro imediato”. Essa referência não é afetada pelo que vem depois. Tanto imperativos quanto indicativos têm de se referir ao estado de coisas a que dizem respeito. (HARE, 1996, p.24)

Mais adiante Hare dá um exemplo para justificar que as sentenças podem não ter significado, por não se referirem a um estado de coisas identificável:

Uma das maneiras em que uma sentença pode deixar de significar é não se referir a nenhum estado de coisas identificável. Assim, as sentenças “O Absoluto é verde” e “Que o Absoluto seja tornado verde” não têm significado pela mesma razão, isto é, não sabermos a que se refere o “Absoluto ser verde”. As sentenças, por essa razão, também pode deixar de ser compreendidas por uma pessoa, embora sejam perfeitamente significantes para outra; assim, o comando “Ponha de ló” não tem significado para os que não sabem o que consiste pôr de ló. Seria lamentável considerar que o critério de verificação impugna a significância de todas as sentenças menos as indicativas – como se “Feche a porta” fosse tão sem sentido quanto “frumpe o bumpe”. (HARE, 1996, p.24)

Assim fica claro o argumento do autor de que as sentenças imperativas podem ter significado apesar de não serem empiricamente comprováveis – já que tratam de eventos futuros e não a fatos concretos, pois se referem a um estado de coisas efetivo

ou possível, sendo as sentenças imperativas analisadas pelo critério de validade ou invalidade e não mais pelo critério de verdade ou falsidade.

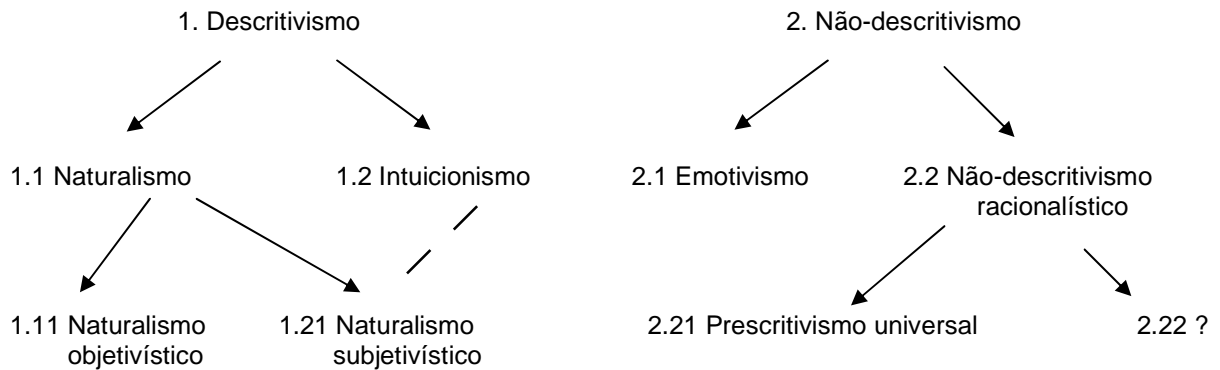
Devemos ressaltar que este esforço do autor em aproximar imperativos dos indicativos, do ponto de vista da aplicabilidade da lógica a ambos, é insuficiente, como veremos mais adiante, para as pretensões naturalistas, que pretendem deixar de lado o elemento prescritivo ou aprobatório dos juízos de valor e fazer com que ele derive de afirmações de fato.

2.3. A crítica ao naturalismo

Toda a argumentação exposta até o momento foi dedicada a justificar a aplicabilidade da lógica a imperativos – uma das formas da linguagem prescritiva. Tal escolha de analisar primeiramente os imperativos se deve em razão destes possuírem uma lógica mais simples do que a lógica aplicada às sentenças que contêm juízos de valor morais (que interessam ao presente estudo). Como já exposto anteriormente, os juízos de valor assemelham-se aos imperativos simples pelo fato de ambos fazerem parte da linguagem prescritiva. A diferença entre ambos – ou a principal – é que nos juízos de valor há uma palavra com função avaliatória envolvida na sentença, o que não ocorre com os comandos. Tal palavra pode ser “bom”, “justo”, “correto”, “dever”, entre outras, além da questão da universalizabilidade.

Daqui pra frente faremos uma análise do emprego da palavra de valor “bom” nas sentenças que expressam juízos morais. Tal delimitação de análise a somente esta palavra tem um motivo muito simples: segundo Hare, o mau emprego desta palavra em sentenças usadas para expressar juízos morais, gera uma dificuldade teórica às chamadas teorias naturalistas. Tal problema é o objeto desta dissertação.

Antes de apresentar as quatro críticas do autor com relação às teorias naturalistas, apresentadas na obra “A Linguagem da moral”, é de suma importância fazer uma breve explanação da taxonomia que o autor elabora a respeito das teorias éticas. Tal taxonomia está presente na Obra “Ética: Problemas e propostas”, apresentada através do seguinte esquema:

TAXONOMIA DAS TEORIAS ÉTICAS⁵

Como exposto acima Hare divide as Teorias Éticas em *descriptivistas* e *não-descriptivistas*, enfatizando que a principal diferença entre essas teorias reside na sua “condição de verdade”. Como já exposto anteriormente, a Teoria Verificacionista do Significado afirma que as condições de verdade de um enunciado determinam o seu significado. Hare acredita que seria um erro acreditar que estas condições de verdade determinam *inteiramente* o significado de uma sentença.

Significado, para o autor, deve *ser entendido como incluindo tanto o sentido como a referência* (Hare, 1998, p.77), ou seja, a referência a que se refere o autor é a um estado de coisas possíveis, que pode não ser atual, mas ligado a um contexto de possível efetivação, o que remete ao discurso prescritivo (passível também de análise lógica).

As teorias descriptivistas, por sua vez, estariam subdivididas em Naturalismo (que acredita que as condições de verdade dos enunciados morais são propriedades não morais) e suas variáveis (objetivístico e subjetivístico); e Intuicionismo (que acredita que as condições de verdade dos enunciados morais são propriedades *sui generis*), que apresenta algumas semelhanças com o naturalismo subjetivístico. Já as teorias não-descriptivistas estariam subdivididas em Emotivismo (que acredita que os enunciados morais não são governados pela lógica) e racionalistas (que acreditam que os enunciados morais são governados pela lógica). Estes últimos estariam

⁵ HARE, 1998, P. 67.

divididos em prescritivismo universal (a lógica que governa os enunciados morais é a lógica das prescrições morais) que é defendida por Hare; e deixa em aberto a possibilidade de aperfeiçoamento deste prescritivismo universal, já que o autor afirma que sua é a abertura de um novo caminho na construção de uma teoria ética bem formulada.

Como o tema do presente trabalho é a crítica do autor às teorias denominadas “naturalistas”, por hora não contemplaremos as demais classificações, voltando nossas atenções apenas às teorias descritivistas naturalistas e seus equívocos.

A seguir, examinaremos as quatro críticas elaboradas pelo autor.

2.3.1. 1ª Crítica

Na primeira parte da sua obra “A Linguagem da Moral”, Hare expõe duas críticas ao naturalismo. Ambas são uma tentativa de reduzir imperativos a indicativos, e traçam um paralelo com teorias sobre juízos morais indicando a possibilidade de haver uma similaridade lógica entre a redução e os juízos morais. A primeira destas teorias procura reduzir imperativos a indicativos como se estes fossem “afirmações” sobre a mente do falante. Assim, a sentença “A agiu de forma errada”, contida na mente do falante, seria expressa “desaprovo A”; no exemplo proposto por Hare, “Feche a porta”, significaria “Quero que você feche a porta”.

A primeira objeção se refere a comandos contrários:

(...) se digo “Feche a porta” e você diz (para a mesma pessoa) “Não feche a porta”, não estamos nos contradizendo, e isso é esquisito. O defensor da teoria pode replicar que, embora não haja contradição, há um desacordo de vontades, e que isso é suficiente para explicar o sentimento que temos de que as duas sentenças são, de alguma forma, incompatíveis (que “não” tem a mesma função que na sentença “Você não vai fechar a porta”). Mas permanece a dificuldade de que a sentença “Feche a porta” parece ser sobre fechar a porta e não sobre o estado mental do falante, da mesma forma que instruções para preparar omeletes (“Tome quatro ovos, etc.”) são instruções sobre ovos, e não análises introspectivas da psique da Sra. Beeton. (HARE, 1996, p.8)

Apesar de conceder um argumento ao seu oponente, Hare, mais adiante, combate de forma mais eficaz a teoria em questão:

Dizer que “Feche a porta” significa o mesmo que “Quero que você feche a porta” é como dizer que “Você vai fechar a porta” significa o mesmo que “Creio que você vai fechar a porta”. Em ambos os casos parece estranho descrever um comentário sobre fechar a porta como um comentário sobre o que está acontecendo na minha mente. Mas na realidade, nem a palavra “creio” nem a palavra “quero” admitirão tal interpretação. “Creio que você vai fechar a porta” não é (exceto numa forma altamente figurativa) uma afirmação sobre minha mente; é uma afirmação sobre você fechar a porta, uma versão mais hesitante de “Você vai fechar a porta”; e, similarmente, “Quero que você feche a porta” não é uma afirmação sobre minha mente mas uma maneira educada de dizer o imperativo “Feche a porta”. (HARE, 1996, p.8)

Como fica claro na passagem acima, parece incoerente descrever um comentário sobre “Fechar a porta” como um comentário sobre o que está acontecendo na minha mente, e não como algo que efetivamente irá acontecer, assim como uma instrução de como usar uma ferramenta parece estar mais ligada ao uso desta do que aos processos cognitivos da mente de quem a inventou. A teoria ética relacionada a esta problemática está, segundo Hare, no mesmo patamar de incompreensão, pois “aprovo A” é uma maneira diferente de dizer “A está correto”:

A teoria, portanto, não explica nada, e a teoria ética paralela está no mesmo caso pois “Aprovo A” é meramente uma forma mais complicada e perifrástica de dizer “A está correto”. Não é uma afirmação, verificável por observação, de que tenho um sentimento reconhecível ou um estado mental recorrente; é um juízo de valor; (HARE, 1996, p.8 e 9)

A teoria, pois, postula uma mudança de assunto apoiada, muito fragilmente, na aceitação de que “Aprovo A” é uma afirmação sobre um estado mental do agente. No entanto, como demonstrado pelo filósofo, isto não é uma mera observação de um estado mental, e sim um juízo de valor sobre algo, uma escolha, uma decisão moral apoiada nos princípios que regem o comportamento/conduita do agente em questão.

2.3.2. 2ª Crítica

Já a segunda teoria reduz, da mesma maneira que a primeira, imperativos a indicativos afirmando que a sentença “feche a porta” significa o mesmo que “você vai fechar a porta”, no entanto adiciona à sentença um elemento punitivo, passando ela a ser expressa da seguinte maneira: “você vai fechar a porta, ou A acontecerá”, sendo A um elemento punitivo. Similarmente teorias éticas reducionistas integram um elemento valorativo na sentença indicativa, passando de “A está correto” a “A conduz a Y”, sendo Y um elemento de valoração (prazer, bondade, etc.).

Sob alguns aspectos a teoria citada é sustentável quando elementos, contextualizados, permitem a identificação do fim a que se destina a sentença, mas quando o fim almejado não é identificado surgem problemas, como no exemplo a seguir:

Similarmente, no caso de imperativos que são em alto grau “hipotéticos” (3.2) porque percebemos rapidamente à conquista de que fim ou à prevenção de que resultado desfavorável são dirigidos, a análise de Bohnert é plausível. Para tomar o seu próprio exemplo “Corra” dito numa casa em chamas, é algo similar em intenção a “Você corre ou morre queimado”. Porém em caso onde o fim almejado não é reconhecido tão facilmente (o imperativo sendo “hipotético” somente em pequeno grau, ou nem isso), o ouvinte pode ter dificuldades para compreender, nesta análise, o que deve colocar depois da palavra “ou”. É muito difícil perceber de que forma uma sentença como “Por favor diga a seu pai que liguei” seria analisada na teoria de Bohnert. (HARE, 1996, p. 9)

No exemplo acima há uma clara incoerência em introduzir a palavra “ou” - que designa uma sanção, caso a prescrição não seja cumprida, já que a sentença “Por favor, diga a seu pai que liguei” não identificamos o elemento punitivo necessário à sua interpretação.

Ainda assim, nos casos onde é possível analisar a sentença com a introdução de um elemento punitivo, este continua sendo uma “prescrição”, uma orientação ao modo de agir, já que este elemento, a saber: a palavra “ruim”, se trata de uma palavra de valor e não de uma simples descrição, como pretende a teoria.

Nota-se, desta forma, um elemento residual oriundo da teoria prescritiva, um elemento que, apesar de mascarado, reintroduz uma palavra de valor na sentença, inviabilizando esta segunda tentativa de reduzir imperativos a indicativos.

2.3.3. 3ª Crítica

Nas duas críticas anteriores Hare rejeita ambas as teorias de redução (de imperativos a indicativos) com diferentes argumentos. No primeiro caso acusando a teoria de incoerência e inconsistência ao afirmar que os indicativos resultantes da redução seriam afirmações sobre a mente do falante. Tal regra, aplicada a sentenças do tipo “Feche a porta”, pretenderia dizer que a redução correspondente seria “Quero que você feche a porta”. Tal metodologia é uma maneira perifrásica de dizer, novamente a prescrição inicial “Feche a porta”.

Na segunda crítica, Hare argumenta que elemento punitivo acrescentado depois da sentença (Faça algo, ou X acontecerá), seria uma prescrição mascarada, pois este elemento seria destinado a prescrever uma regra de conduta, uma forma de agir, deixando de ser uma mera descrição de um fato, como pretendem os naturalistas. Estas duas críticas estão presentes na primeira parte da obra “*A Linguagem da Moral*”.

No entanto, é somente na segunda parte da referida obra que Hare dispensa uma crítica mais elaborada contra o naturalismo. Nesta segunda etapa do livro, o autor procura demonstrar que palavras como “bom”, “justo”, “dever” e “correto” são palavras de valor, e não descrições de um fato ou objeto. Em outras palavras: tais palavras contêm um sentido avaliatório, aprobatório, sobre determinado fato ou objeto e não podem ser “definidas” a partir de um conjunto de características próprias. Assim Hare concentra suas atenções na palavra de valor “bom”, argumentando contra sua possibilidade de definição através de características naturais. Como ao autor pretende provar seu argumento veremos a seguir. Antes, porém, é necessário retomar alguns pontos da teoria de Moore sobre a indefinibilidade da palavra “bom”.

Como vimos anteriormente, no Capítulo 1, Moore argumenta que “bom” não pode ser definível por se tratar de uma noção simples, que não pode ser decomposta em outros termos mais simples que constituiriam a sua definição. No exemplo já citado, uma pessoa que nunca teve contato com uma “bola de tênis”, terá condições de assimilar o conceito proposto se decomposmos a expressão inicial nas propriedades formadoras do termo, a saber: “redondo”, “pequeno”, “leve”, “amarelo”; e esta pessoa já conhecer tais propriedades. Mas se esta pessoa nunca teve contato com a cor amarela, não seria possível explicar a ela o que representa o termo “amarelo”, a menos que um contanto visual fosse realizado. Para Moore, o termo “bom” está no mesmo patamar que “amarelo”, por que se trata de uma noção que não pode ser decomposta em termos mais simples. Assim, a tentativa de definir o termo “bom” a partir de um conjunto de características foi chamada, por Moore, de “Falácia Naturalista”, pois pretendia confundir a noção simples “bom”, com outras noções simples, ignorando o fato que estas outras noções eram, justamente, outras.

Hare reconhece que Moore tinha razão ao dizer que a palavra “bom” não é definível, mas não pelos motivos apresentados, mas por ser, “bom”, uma palavra de valor, uma palavra que designa aprovação de algo, e não uma noção simples e, portanto, indefinível. Neste sentido a passagem a seguir:

Moore pensava que poderia provar que não havia tais características definidoras para a palavra “bom” tal como empregada na moral. Seu argumento tem sido atacado desde quando ele o propôs, e é verdade, com certeza, que sua formulação estava errada. Mas parece-me que o argumento de Moore não era meramente plausível; baseia-se, embora inseguramente, num fundamento seguro; realmente existe algo a respeito do modo e dos propósitos com que usamos a palavra “bom” que torna impossível sustentar o tipo de posição que Moore estava atacando, embora Moore não percebesse claramente o que era esse algo. (HARE, 1996, p.89)

Logo, percebemos que Hare discorda de Moore quanto à fundamentação da crítica ao naturalismo, mas concorda com ele no que diz respeito à indefinibilidade do conceito “bom”.

Para Hare a palavra “bom” tem função diversa da palavra “retangular”, por exemplo. A palavra “retangular” é formada por um conjunto de características definidoras de seu significado, que poderia ser descrita assim: retilíneo e com todos os

ângulos de determinada medida, a saber, 90 graus. Já a palavra “bom” não pode ser assim definida, pois não é formada por um grupo de características, como pretendem os naturalistas, mas expressa, por ser uma palavra de valor, uma aprovação a algo.

Ressalta-se que a indefinibilidade da palavra “bom” não é, segundo Hare, referente apenas no seu uso no contexto moral, mas em qualquer uso, pois se trata de uma palavra de valor:

Por enquanto, estou deliberadamente excluindo exemplos morais porque quero deixar claro que as dificuldades lógicas que estamos encontrando não têm nada a haver com a moral em particular, mas devem-se às características gerais das palavras de valor. (HARE, 1996, p. 91)

Vejamos um exemplo que o autor dá para evidenciar a impossibilidade de considerar a palavra “bom”, como um conjunto de características que a definem, e não como uma palavra que expressa aprovação:

Consideremos a sentença “S é um bom morango”. Poderíamos naturalmente supor que isso significa apenas que “S é um morango e S é doce, suculento, consistente, vermelho e grande”. Mas então torna-se impossível para nós dizer determinadas coisas que efetivamente dizemos em nossa conversação comum. Às vezes queremos dizer que um morango é um bom morango por que é doce, etc. Isso – como podemos perceber imediatamente se nos imaginarmos dizendo isso – não significa o mesmo que dizer que um morango é um morango doce, etc., porque é doce, etc. Mas segundo a definição proposta, é isso que significaria. (HARE, 1996, p.91)

A impossibilidade de aplicação de “bom” da maneira entendida pela teoria naturalista – que definem o bom como um conjunto de características – inviabilizariam qualquer aplicação da palavra “bom”, pois quando dizemos, por exemplo, “Este carro é bom porque é seguro” estaríamos elegendo uma característica integrante da definição da palavra “bom”. Logo a sentença passaria a ser escrita “Este carro é seguro porque é seguro” e, evidentemente, não era isso que desejaríamos dizer ao falar sobre o carro, mas aprovar o mesmo.

Entrando na questão moral da aplicação da palavra “bom” – já que a busca pelo “bom” é o que orienta a estruturação de um ordenamento moral – os naturalistas pretendem, com a definição da palavra “bom”, descobrir quais características a integram e, a partir desta definição, traçar princípios morais, ou seja, elaborar

preceitos que orientam nossa conduta no campo moral. Desta forma, caso fosse definido que o adjetivo *feliz* faz parte do conceito em questão, poderíamos fazer o seguinte juízo “Fulano agiu corretamente porque fez o que propiciou a felicidade”; ou, se o adjetivo eleito fosse *prazer*, poderíamos dizer “Fulano agiu corretamente porque sua ação alcançou o prazeroso”. Estas duas sentenças revelam o princípio em que foram baseadas:

- (1) “Fulano agiu corretamente porque fez o que propiciou a felicidade”
Princípio: O “bom” é o que traz *felicidade*.
- (2) “Fulano agiu corretamente porque sua ação alcançou o prazeroso”
Princípio: O “bom” é o que traz *prazer*.

Se aceitarmos estas duas definições, incorremos novamente na incoerência de dizer que *A felicidade é o que traz a felicidade*; e *O prazer é o que traz o prazer*, pois a confusão entre a definição e o definido continua.

Tal confusão ocorre, segundo Hare, porque as teorias naturalistas não reconhecem a verdadeira função da palavra de valor “bom”, que é usada para aprovar algo e não como uma noção complexa formada por um conjunto de características próprias.

Mas as objeções vão além desta. Hare levanta a questão da arbitrariedade e relatividade da definição das palavras de valor, como descrição de fatos ou coisas:

Há, na maioria das línguas, palavras que nós traduzimos como “errado”. Essas palavras são, do modo como são usadas, equivalentes grosseiros umas das outras. Mas as culturas que usam essas palavras chamam de “erradas” coisas bem diferentes. Em uma cultura, por exemplo, pode-se pensar que é errado não lutar por seu país; em outra cultura mais pacífica, pode-se pensar que é errado lutar. A coisa mais importante a entender é que, embora as pessoas nessas culturas sustentem opiniões diferentes sobre ser errado lutar, elas podem estar usando a palavra “errado”, ou seus equivalentes, no mesmo sentido. De outro modo, não estariam se contradizendo, o que elas, claramente, estão.

(...) Mas, se seguirmos os naturalistas, teremos de dizer que os sentidos da palavra nas duas culturas são inteiramente diferentes. Isto terá a consequência de que elas não estão se contradizendo, pois lutar pode ser errado no sentido da palavra usado por uma cultura, mas não ser errado no sentido usado pela outra. (HARE, 1998, p. 102)

Aqui surge um problema difícil de ser superado pelo naturalismo, o relativismo presente na formulação da definição da palavra “bom”. Como no exemplo acima citado o que é errado em uma cultura pode não ser errado em outra, como no caso de lutar, ou não pelo seu país. Não há, porém, dualidade no sentido em que as duas culturas usam a palavra “errado”. Ambas querem dizer, com “errado”, uma reprovação a um fato ou objeto, uma condenação de determinada conduta. Não há discordância no que é entendido por “errado”, mas em que julgamentos devem-se usar a palavra, que significa uma reprovação.

Esse relativismo é também aplicável à palavra “bom”, que comporta várias situações onde alguém usaria a palavra como aprovação e outras não. Este relativismo não comporta o sentido de universalidade necessário à aplicação de teorias morais. Em outras palavras: um princípio moral de ser universalizável (aceito por todos, ou pela maioria) para ser-lhe conferido *status* de princípio moral.

O autor ainda acrescenta:

As pessoas que se inclinam ao naturalismo algumas vezes dizem que, em argumentos como o que acabei de expor, é simplesmente *suposto* que uma distinção pode ser feita entre palavras valorativas e descritivas, mas que, de fato, nenhuma distinção assim pode ser traçada: as palavras que chamamos de “valorativas” são tão-somente um tipo de palavra descritiva. Podemos retrucar que, de qualquer modo, elas são um tipo *especial* de palavra, distinguível de outros tipos. Sua característica distintiva é que elas são usadas para avaliar alguma coisa, isto é, para recomendá-la ou condená-la. (HARE, 1998, p.104)

Novamente Hare expõe a principal diferença entre o que os naturalistas entendem por *palavras de valor* e o que ele defende, a saber: palavras como “bom” não são definíveis por uma conjunção de características, mas um sinal usado para aprovar algo, não descrever.

2.3.4. 4ª Crítica

No seu livro *Ética: Problemas e respostas*, Hare volta a criticar as teorias naturalistas devido ao relativismo a que leva suas teses. Vejamos a passagem a seguir:

Agora acho que vocês serão capazes de ver por que o tipo naturalista de descritivismo conduz inevitavelmente ao relativismo (H, 1993g). Há, na maioria das línguas, palavras que nos traduzimos por “errado”. Essas palavras são, do modo como são usadas, equivalentes grosseiros umas das outras. Mas as culturas que usam essas palavras chamam de “erradas” coisas bem diferentes. Em uma cultura, por exemplo, pode-se pensar que é errado não lutar por seu país; em outra cultura mais pacífica, pode-se pensar que é errado lutar. A coisa importante a entender é que, embora as pessoas nessas culturas sustentem opiniões diferentes sobre ser errado lutar, elas podem estar usando a palavra “errado”, ou seus equivalentes, no mesmo sentido. De outro modo, não estariam se contradizendo, o que elas, claramente, estão. (HARE, 1998, p.102)

Neste exemplo dado por Hare fica explícito a relatividade a que estão fadadas as teorias naturalistas, pois elas não dão conta de dissolver o relativismo – que elas mesmo combatem – quando situações semelhantes a proposta pelo filósofo se apresentam. O fator principal a ser analisado no caso em questão é que, apesar do mesmo fato ter diferentes avaliações nas referidas culturas, ambas utilizam a palavra “errado” da mesma maneira, ou seja, para condenar um ato. Assim os naturalistas se encontram impossibilitados de sustentar sua teoria, que afirma que os enunciados morais (formados pelos predicados morais “bom”, “mau”, “certo”, “errado”) representam uma mera descrição de fatos. Como vimos há descrições diferentes para esses predicados morais quando tratamo-los como uma conjunção de características e não como um sinal de aprovação/reprovação, o que incorre no relativismo.

Em outra passagem Hare volta a criticar o relativismo das teorias éticas naturalistas e explica o que entende por relativismo:

O relativismo não é, no sentido em que uso a expressão, uma teoria ética – ou seja, uma teoria sobre os significados das palavras morais ou sobre a natureza dos conceitos morais. Já disse que certas teorias éticas (o naturalismo no caso presente) caem no relativismo, mais isso acontece porque tentam incorporar, em suas teorias éticas, teses de substância cujo

lugar não é esse. O naturalista, por exemplo, trata os princípios morais de substância como se eles não fossem mais do que regras lingüísticas. Como vimos, no momento em que começa a trata-los como princípios morais substanciais, que condenam uma espécie de comportamento e recomendam outra, o naturalista se vê emaranhado no relativismo porque está dizendo que nós temos, em determinada cultura, de seguir as regras de aplicação das palavras morais em uso naquela cultura. (HARE, 1998, p. 115)

Nesta obra, *Ética: Problemas e respostas*, Hare, apesar de criticar fortemente o naturalismo como teoria descritivista das palavras morais, reconhece que os enunciados morais, como um todo, são formados pelos aspectos formais – a aplicação da lógica imperativa através da definição prescritiva e universal de “deve” e das palavras morais – e dos “aspectos substanciais”. Estes aspectos substanciais são o reflexo da aplicação da sua teoria da prescritividade aos fatos do mundo, ou seja, a principal contribuição de sua teoria ética é que, reconhecendo o papel fundamental da lógica no discurso prescritivo, aprendemos a separar os bons argumentos dos maus argumentos, contudo, os elementos descritivos dos enunciados morais, como afirma o próprio autor, fazem parte da construção do juízo moral, uma vez que as alternativas submissas à nossa escolha representam uma descrição dos fatos do mundo. Desta conclusão, porém, não resulta que as palavras morais como “bom”, “mau”, “certo” e “errado” sejam igualmente descrições de um conjunto de fatos ou características do mundo, mas elementos de valoração frente aos fatos do mundo. Em outras palavras: “bom”, “mau”, “certo” e “errado” são sinais gráficos que representam uma aprovação ou desaprovação de determinadas ações, pessoas, coisas, etc.

A seguir o pensamento do autor sobre o exposto acima:

Minha própria teoria não diz que “ação correta” significa “ação que satisfaz maximalmente as preferências”. Ela antes explica o significado das palavras como “correto”, “errado” e “deve” como equivalentes a várias espécies de prescrições ou proibições universalizáveis, e somente chega a um sistema moral utilitarista aplicando as propriedades lógicas das palavras assim explicadas, *em combinação com* certas outras teses conceituais, ao mundo como ele realmente é e, em particular, a um mundo no qual as pessoas têm certas preferências. Minha versão de utilitarismo tem, portanto, um elemento formal bem como um elemento substancial que emerge na aplicação dessa definição ao mundo. A prescritividade desempenha um papel essencial nessa construção de um sistema utilitarista. Uma vez que essa prescritividade não está disponível para um naturalista, ele não poderia chegar a tal sistema. É por isso que meu próprio sistema não pode, corretamente, ser acusado de ser naturalista. (HARE, 1998, p.114)

Há, portanto, um elemento valorativo e um elemento descritivo presentes nas sentenças morais. Entretanto, algumas pessoas discordam de Hare quanto à possibilidade de separar estes elementos em todos os tipos de sentenças, afirmando que alguns termos os elementos se confundem, impossibilitando sua separação. A isto, o filósofo responde com o seguinte exemplo:

Um descritivista pode dizer que não podemos separar os elementos valorativo e descritivo no significado da palavra “bondoso”. Mas isso realmente não é muito difícil. É certo que chamar alguém de bondoso é, normalmente, recomendar essa pessoa. É recomendá-la de acordo com um determinado padrão. As condições de verdade de enunciados contendo a palavra são razoavelmente bem conhecidas, embora reconhecidamente não precisas. Suponhamos, agora, que alguém dê muito de seu dinheiro para auxiliar os necessitados. Quase todos nós diríamos que tal pessoa foi bondosa, mas poderia haver alguém que pensasse não ser uma característica de uma boa pessoa fazer isso. Essa pessoa poderia concordar que alguém fez tal coisa (a saber, deu muito de seu dinheiro para auxiliar os necessitados), mas poderia *condená-lo* por fazer isso. Ela não seria, então, capaz de usar “bondosa” como um termo de recomendação, mas poderia muito bem ser capaz de reconhecer a espécie de pessoas que os outros chamam de bondosa. Assim, ela conheceria bem o significado descritivo que eles vinculam à palavra, mas não a usaria, por carregar um significado valorativo que não poderia aprovar. Ela poderia perfeitamente parar de vez que usar a palavra (FR, 10.1 n.), ou poderia usá-la entre aspas para significar que uma pessoa tem as qualidades descritivas que a maioria das pessoas espera encontrar naquelas chamadas de bondosas; seria capaz de usar a palavra “bondosa”, de maneira puramente descritiva, para significar a posse daquelas qualidades comumente apreciadas, sem que ela mesma as tenha em apreciação. (HARE, 1998, p. 92)

Esta passagem evidencia a possibilidade de separação dos elementos descritivos e elementos valorativos dos enunciados morais. Hare vai mais além e nos dá outro exemplo, desta vez não moral, para mostrar que até os elementos descritivos de uma sentença podem ser considerados elementos valorativos. Quando, por exemplo, alguém recomenda a outra pessoa um hotel, pois este fica de frente para o mar. Se é ou não uma recomendação depende se o interlocutor gosta de hotéis que ficam de frente para o mar. Ele poderia usar tal expressão (o hotel fica de frente para o mar) para não recomendar o mesmo, já que não gosta desta situação. Há, portanto, uma clara diferença em dizer que o hotel é um *bom* hotel e que o hotel fica de *frente para o mar*. Este é mais um exemplo de nem sempre os elementos descritivos e

valorativos apontam para o mesmo lado. Aliás, a função de deles é, como afirma Hare, completamente diferente. O primeiro revela os elementos substanciais do mundo que estão presentes na sentença moral, e o segundo significa a recomendação ou aprovação de tais ações, fatos, pessoas, etc.

Surge, então, uma questão importante: se o autor acusa as teorias naturalistas de cair no relativismo ao tratar palavras de valor, como “errado”, como sendo um conjunto de propriedades naturais, como sua própria teoria escapa do relativismo moral, quando ele próprio cita exemplos onde algumas pessoas acham que é certo e outras acham que é errado o mesmo fato?

Hare socorre-se do *imperativo categórico* de Kant para responder a essa questão. Hare afirma que sua teoria não delimita o que é “bom” e o que é “mau”, e sim demonstra que o uso de tais termos obedece, sempre, a regras lógicas. Tanto pessoas que acham certo, quanto as que acham errado o mesmo fato, usam, da mesma maneira, os termos morais, ou seja, as pessoas que reprovam o ato estão prescrevendo, para si próprias e para os outros, que não se comportem desta maneira, assim como as que aprovam prescrevem, que elas próprias e as outras pessoas, se comportem desta maneira. O que garante a não relatividade, para Hare, é a lógica prescritiva dos termos morais, independentemente de suas recomendações. Como esta prescritividade é constante em todos os casos, sua teoria satisfaz também o critério de universalizabilidade:

... se um enunciado é verdadeiro por necessidade lógica, então qualquer outra sentença da mesma forma lógica também será necessariamente verdadeira. É igualmente verdadeiro a respeito da necessidade causal. Se um evento segue o outro por necessidade causal, então um evento exatamente semelhante em circunstâncias idênticas deve, por necessidade causal, ser seguido por um evento exatamente semelhante. Isso é precisamente análogo ao que a tese de universalizabilidade considera verdadeiro em relação a enunciado com “deve” (H, 1984b). Por conseguinte, os dois sustentáculos dos argumentos kantianos, universalizabilidade e prescritividade, são ambos proporcionados pela teoria. (HARE, 1998, p. 187)

Entendendo as palavras morais (certo/errado, bom/mau) como elementos de prescritividade nos enunciados morais, podemos escapar do relativismo que

incorreríamos se as tratássemos como significantes de um conjunto de características, uma vez que estas características são relativas a cada pessoa, cultura ou julgamento.

A passagem a seguir demonstra, mais uma vez, porque o autor rejeita todas as formas de descritivismo:

No pensamento crítico não pode haver apelo a intuições nem a significados descritivos. Eles são o que está sendo examinado. Confiar neles sempre nos levará ao relativismo. É por isso, finalmente, que temos de rejeitar todas as formas de relativismo. O procedimento que nos habilita a examiná-los objetivamente, sem ficarmos aprisionados em nossa própria cultura, é o procedimento kantiano, a introdução da prescritividade e, em particular, da prescritividade universal. Esse requisito *formal*, comum a todas as culturas que fazem perguntas morais, é o que nos restringe objetivamente. (HARE, 1988, p. 191)

Apesar de Hare defender o *prescritivismo universal* do imperativo categórico de Kant, ele acredita que este argumento formal pode ligar-se as suas conseqüências práticas, evidenciando o caráter utilitarista de sua teoria, diferentemente do que defendia Kant:

O procedimento geral para resolver questões morais deveria agora estar claro. Consiste em examinar de modo factual as conseqüências de ações e medidas alternativas e perguntar se estamos preparados para prescrever universalmente sua implementação. Essa é a tarefa do pensamento crítico. (HARE, 1998, p.193)

Há, nesta argumentação hareana, além da vontade do agente de querer que sua escolha possa tornar-se universalizável, a preocupação com os efeitos práticos da alternativa escolhida. A teoria moral de Hare, clara e declaradamente utilitarista, leva em consideração o resultado dos juízos morais proferidos, uma vez que estes juízos tornar-se-ão normas morais a serem seguidas no futuro pelo próprio agente, que poderá estar na situação de avaliado e não mais de avaliador de um fato moral a ser julgado por outra pessoa.

Desta forma, Hare constrói sua teoria ética, alicerçada no prescritivismo universal, levando em conta os resultados práticos das escolhas morais, e propondo uma análise lógica da linguagem utilizada no discurso moral, uma linguagem, segundo o autor, prescritivista, ou seja, baseada na forma imperativa de expressão, onde a

racionalidade tem um papel fundamental, uma vez que é atribuição do agente moral refletir sobre os efeitos de suas ações e agir de forma a buscar uma solução tendente a maximizar seus resultados positivos ao maior número de pessoas possível.

CAPÍTULO 3 – RECEPÇÃO E CRÍTICA A HARE

Neste terceiro capítulo, apresentarei as críticas feitas aos argumentos de Hare contra as Teorias Naturalistas, e uma possível defesa em relação a tais críticas. Para tanto, mostrarei os argumentos de Roger Hancock contra a possibilidade de refutação hareana do naturalismo, expostas no artigo “The Refutation of Naturalism in Moore and Hare”. Em seguida, apresentarei a crítica de Charles Daniels aos argumentos de Hare sobre o mesmo tema, expostos no artigo “Hare on the Meaning of Good”. Por fim, farei uma breve explanação sobre o tutorial de Hanson, destinada a clarificar o processo de construção de uma definição, procedimento que joga um papel fundamental em toda a discussão.

3.1 Roger Hancock – The Refutation of Naturalism in Moore and Hare⁶

Este terceiro capítulo destina-se, como dito acima, a apresentar as críticas feitas à refutação de Hare ao naturalismo. Entretanto, o primeiro comentador a ser apresentado, Roger Hancock, elaborou sua crítica, intitulada *The Refutation of Naturalism in Moore and Hare*, questionando os argumentos sobre a refutação do naturalismo propostos primeiramente por Moore, e posteriormente por Hare, tratando o assunto de forma que os dois autores foram estreitamente relacionados no texto, no que se refere ao processo de construção argumentativa, como se ambos tivessem mais afinidades do que diferenças quanto aos fundamentos que impossibilitam uma ética naturalista. Para Hancock, Moore e Hare tinham a mesma visão sobre o naturalismo. Nas palavras do autor: “*Naturalism*” as used by Moore and Hare might be defined as the view that ethical words such as “good” or “right” are synonymous with expressions designating natural properties⁷.

Como já vimos nos capítulos anteriores, apesar de Moore e Hare refutarem o naturalismo, não podemos dispensar o mesmo tratamento para ambos, já que alegam

⁶ Tradução: A refutação do naturalismo em Moore e Hare

⁷ Tradução: “Naturalismo” usado por Moore e Hare pode ser definido como a visão de que palavras éticas como “bom” ou “certo” são sinônimas com expressões que designam propriedades naturais.

motivos bastante diferentes nas suas argumentações. Moore critica o naturalismo devido à sua pretensão de “definir” uma palavra indefinível: bom. Hare critica o naturalismo por usar de maneira errada as palavras de valor, como “bom” ou “certo”, ou seja, tratá-las como palavras descritivas e não avaliatórias. Mas como Hancock tornou miscíveis os argumentos de Moore e Hare, incluiremos sua crítica a Moore neste capítulo, e estenderemos nossas considerações de forma a abranger, também, este autor.

3.1.1 A refutação do naturalismo em Moore

Inicialmente, Hancock afirma que “naturalismo”, tanto para Moore quanto para Hare, é a visão de que palavras como “bom” ou “certo” são usadas como sinônimas de “propriedades naturais”. Em seguida sugere que Moore quer identificar “propriedades naturais” com tudo aquilo que pode ser observado. Como já vimos anteriormente, Moore afirmou que naturalismo significa a confusão feita entre “bom” e “objetos naturais” (às vezes ele usa o termo “objeto natural” e outras vezes “propriedades naturais”). Como esta definição de naturalismo não foi suficientemente esclarecida, posteriormente o autor restringiu o termo “propriedades naturais” como sendo a “propriedade da qual é mister se ocuparem as ciências naturais ou a Psicologia, ou em termos das quais pode ser completamente definida” (MOORE, 1998), ou seja, “propriedade natural” diz respeito as ciências naturais ou a Psicologia e sua tentativa de relacionar seus conceitos com a ética. Entendido desta maneira, o termo “propriedade natural” não é tão amplo como sugere Hancock, mas restrito a algumas situações.

Hancock faz um breve resumo do seu entendimento do *argumento da questão em aberto*, de Moore, para, em seguida, questionar a noção de significado proposta pelo autor:

“The general outlines of Moore’s open-question argument are clear, and the argument can be paraphrased as follows:

1. If naturalism is true, then some sentence of the form “Whatever is F is good” is analytic, where “F” is replaceable by a non-ethical expression.

2. If ethical sentences of the form “Whatever is F is good” are analytic, then we cannot significantly ask “Are F’s good?”
3. But we can always significantly ask “Are F’s good?”
4. Therefore no sentence of the form “Whatever is F is good” is analytic, and hence naturalism is false.

Formally the argument is valid, and superficially at least, it is clear. But there are difficulties in the notion of “significance”. What does it mean to say that a statement can or cannot be significantly questioned, and why is it impossible to significantly question an analytic statement?⁸ (HANCOCK, 1960, p. 327)

O *argumento da questão em aberto*, proposto por Moore, indica que se podemos significativamente perguntar “é F, mas é bom?” – para “F” substituível por uma palavra não ética, então a sentença não é analítica, pois se fosse, sua condição de verdade deveria ser expressa na própria sentença. Como não é o caso, a sentença por si só não demonstra a sua própria condição de verdade, logo é sintética. O que Hancock está criticando é a impossibilidade de significativamente podermos questionar uma sentença analítica. Segundo o comentador, mesmo sentenças onde a sua condição de verdade seja evidente nela mesma, poderiam ser significativamente questionadas no seu uso ordinário, onde a análise mais refinada do discurso seria enfraquecida.

O argumento proposto por Hancock, a nosso ver, tenta ultrapassar uma barreira lógica intransponível, pois se a verdade da sentença pode ser verificada através dela própria, o que a classifica como analítica, então não há o que ser significativamente questionado. Se “F” significa o mesmo que “P”, então a sentença “é F, mas é P?” torna-se sem sentido. Se ela fosse possível, então “F” não teria o mesmo significado de “P”, portanto seria uma sentença sintética, não-analítica. O fato de mesmo uma sentença analítica não ser imediatamente clara na linguagem comum, não justifica, ao nosso ver, a possibilidade de significativamente ela poder ser questionada, pois ainda

⁸ Tradução: O resumo geral do argumento da questão aberta de Moore é claro, e o argumento pode ser parafraseado da seguinte maneira:

1. Se o naturalismo é verdadeiro, então algumas sentenças da forma “Todo F é bom” é analítica, onde F é substituível por uma expressão não-ética.
 2. Se sentenças éticas da forma “Todo F é bom” é analítica, então não podemos significativamente perguntar “F é bom?”.
 3. Mas se podemos sempre perguntar significativamente “F é bom?”.
 4. Então sentenças da forma “Todo F é bom” não são analíticas, e por isso o naturalismo é falso.
- Formalmente o argumento é válido, e superficialmente ao menos, isto é claro. Mas há a dificuldade na noção de “significado”. O que significa dizer que a sentença pode ou não ser significativamente questionada, e porque isto é impossível para a questão significativa na sentença analítica?

assim, sua verdade já estaria posta, não dependendo de fatores externos para determinar o seu resultado.

O *argumento da questão em aberto* proposto por Moore, é suficientemente claro a esse respeito. Quando o naturalismo afirma que “bom” significa o mesmo que outra propriedade natural, está afirmando que sentenças deste tipo são analíticas, pois sua verdade está contida na análise dela própria. Já a negação da pergunta resultante da questão em aberto, caso auto contraditória, inviabiliza a este entendimento e indica que a sentença é sintética. Concluímos, portanto, que esta crítica de Hancock não é procedente.

Hancock reconstrói o argumento de Moore referente a idéia de que temos duas coisas distintas defronte de nossas mentes quando fazemos a conexão de “bom” com outros termos, da seguinte maneira:

Again Moore is attacking the view that ethical words are synonymous with non-ethical expressions. And his argument is that when we ask “Are F’s good?” we can recognize on reflection that there are two distinct things before our minds, with regard to whose connection we are asking. The question “Is S P?” is significant, then, if S and P designate two distinct things; it is not significant if they designate only one thing. Moore’s argument, interpreted in this way, can be paraphrased as follows:

1. If naturalism is true, there are sentences of the form “Whatever is F is good” in which “F” and “good” designate the same properties.
2. But whenever we ask “Are F’s good?” we can see, on reflection, that “F” and “good” designate two distinct properties
3. Hence naturalism is false.

Understood in this way the dispute between Moore and naturalism reduces to the question of what is “before our minds” when we ask questions such as “Are all pleasures good?”.⁹ (HANCOCK, 1960, p. 329)

⁹ Tradução: Outra vez Moore está atacando a visão de que palavras éticas são sinônimas de expressões não-éticas. E o seu argumento é quando perguntamos “são F’s bom?” podemos reconhecer, por reflexão, que há duas coisas distintas defronte as nossas mentes, considerando qual conexão nós estamos perguntando. A pergunta “é S P?” é significante, se S e P designam duas coisas distintas; Não é significante se elas designarem uma só coisa. O argumento de Moore interpretado desta forma, pode ser parafraseado da seguinte maneira:

1. Se o naturalismo é verdade, há sentenças na forma “Todo F é bom” em que “F” e “bom” designam as mesmas propriedades.
- 2) Mas todas a vez que perguntarmos “F é bom” nós podemos ver, por reflexão, que “F” e “bom” designam duas propriedades distintas;
- 3) Por isso o naturalismo é falso.

Entendido dessa maneira, a disputa entre Moore e o naturalismo reduz para a questão do que está “defronte nossa mente” quando perguntamos questões tais como “são todos prazeres bons?”

O comentador afirma que o argumento de Moore, se entendido desta maneira, leva a duas possibilidades: (1) A disputa entre Moore e o naturalismo pode ser uma questão empírica e; (2) pode ser que o fato de haver duas coisas distintas diante de nossas mentes seja relativo, algumas vezes há e outras não. Com relação à primeira possibilidade, Hancock está dizendo que Moore pode estar sugerindo que a questão de haver duas coisas distintas ante nossas mentes pode ser uma questão empírica, ou seja, uma questão de mera observação de fatos, onde a verdade da sentença – de que trata-se de duas coisas diferentes, “bom” e “outra propriedade” – teria de ser verificada através da observação de tais eventos. Tal situação teria como consequência a afirmação de que o naturalismo é verdadeiro para alguns e falso para outros, já que nem todos poderiam observar o fenômeno da mesma maneira. Já na segunda objeção, Hancock, afirma que o argumento de Moore pode sugerir que algumas vezes temos duas coisas distintas diante de nossas mentes e outras vezes não, quando relacionamos “bom” com outra coisa.

A nosso ver, as duas objeções de Hancock não são procedentes. Como demonstrado anteriormente – respondendo a primeira objeção – Moore não reduz sua discussão acerca da inviabilidade do naturalismo ético a uma questão empírica. A passagem citada pelo comentador tem o único objetivo de demonstrar que “bom” não é um conceito vazio, ou seja, uma palavra sem significado, que assume o sentido da palavra a que está relacionada. Quando perguntamos “são todos prazeres bons”, há duas noções distintas em jogo, e não apenas uma (prazer) que “empresta” seu significado ao outra palavra (bom). Moore quer apenas dar um exemplo prático de como podemos perceber que “bom” e “outra propriedade” não significam a mesma coisa.

Com relação à segunda objeção, Moore defende justamente o contrário da possibilidade de relativismo do conceito “bom”. Para o autor, “bom” tem uma característica própria que o diferencia das demais propriedades. Uma característica, porém, que relaciona-se com as outras sem perder sua identidade. Não pode, pois, algumas vezes ser distinta e outras vezes idêntica a outras noções. Além do mais, a primeira objeção de Hancock poderia ser usada contra as definições naturalistas de

“bom”, pois se a questão é empírica, pode ser que “bom” e “propriedades naturais” algumas vezes podem ser observadas e outras não.

3.1.2 A refutação do naturalismo em Hare

Como advertimos no início, Hancock afirma que Moore e Hare usam o mesmo argumento contra o naturalismo – motivo pelo qual Moore ganhou espaço neste capítulo. A crítica de Hare ao naturalismo, seria baseada na mesma concepção de Moore, ou seja, que sentenças éticas nunca são analíticas, como pretende o naturalismo. Nas palavras de Hancock:

Hare, like Moore, uses an argument of this general form in refuting naturalism: naturalism, if true, implies that certain ethical sentences are never analytic; hence naturalism is false. [...] But if this were Hare's argument, his refutation of naturalism would hardly be an improvement over Moore; Moore, too, held that ethical sentences are never analytic.¹⁰ (HANCOCK, 1960, p. 330)

Hare afirma que se usamos “bom” como sendo o significado de um conjunto de características, não podemos usar “bom” para *recomendar* qualquer coisa. Assim se a sentença “um bom A” significasse “uma A que é C” – sendo C um conjunto de características – então seria impossível usar a sentença “um A que é C é bom” para recomendar “A’s” que são C, pois isto seria equivalente a sentença analítica “um A que é C é C”.

Hancock usa com Hare o mesmo procedimento de reconstrução argumentativa usado com Moore. Vejamos o entendimento do comentador:

In order to evaluate Hare's argument we have to know what Hare means by commending.
Hare describes commending as follows: “When we commend or condemn anything, it is always in order, at least indirectly, to guide choices, our own or other people's, now or in the future.” Hare's refutation of naturalism might, then be restated as follows:

¹⁰ Tradução: Hare, como Moore, usa de forma geral o argumento na refutação do naturalismo. Naturalismo, se for verdade, implica que certas sentenças éticas são analíticas; mas sentenças éticas nunca são analíticas; naturalismo por isso é falso; [...] Mas se esse for o argumento de Hare, sua refutação de naturalismo seria dificilmente um melhoramento sobre Moore; Moore também sustentava que sentenças éticas nunca são analíticas.

1. If naturalism is true, then some ethical sentences of the form “Whatever is F is good” are equivalent to “Whatever is F is F”.
2. Sentences of the form “Whatever is F is F” are never used to guide choices.
3. But ethical sentences of the form “Whatever is F is good” are used to guide choices.
4. Hence sentences of the form “Whatever is F is good” are never equivalent to “Whatever is F is F” and, hence, naturalism is false.¹¹ (HANCOCK, 1960, p. 331)

Reconstruído o argumento, Hancock diz que Hare afirma, ao dizer que sentenças na forma “Todo F é bom” é usada para guiar escolhas, enquanto sentenças na forma “Todo F é F” não, que ambas não podem ser sinônimas¹² sem, no entanto, mostrar os motivos que o levam a tal conclusão, como se isto fosse evidente.

O que podemos alegar em favor de Hare é que o motivo pelo qual as duas sentenças não podem ser sinônimas uma da outra, reside na diferença entre o uso que fazemos de uma e outra. No primeiro caso (Todo F é bom) há uma palavra de valor envolvida (bom), uma palavra que tem um uso recomendatório, enquanto a outra sentença (Todo F é F) não contém uma palavra com este caráter recomendatório, mas sim expressa uma mera tautologia quando afirma que “F” é “F”, e isto não guia escolhas, logo não é possível que duas sentenças, uma descritiva e outra avaliatória, sejam sinônimas.

Podemos fornecer um exemplo para tal argumento. Quando dizemos “Um carro seguro é bom” podemos entender esta sentença de duas maneiras: (1) podemos concluir que “bom” significa o mesmo que “seguro”, já que relacionamos os dois termos, onde “seguro” seria o significado de “bom”; (2) podemos entender “bom” como

¹¹ Tradução: Em razão de avaliar o argumento de Hare nós temos que saber o que Hare quer dizer com recomendações.

Hare descreve recomendação da seguinte maneira: “Quando recomendamos ou reprovamos alguma coisa, é sempre em razão, ao menos indiretamente, de guiar escolhas, nossas próprias ou de outras pessoas, agora ou no futuro”. A refutação de naturalismo de Hare pode ser bem explicada através do seguinte:

1. Se o naturalismo é verdade, então algumas sentenças éticas na forma “Todo F é bom” são equivalentes a “Todo se F é F”;
2. Sentenças na forma de “Todo F é F” nunca são usadas para guiar escolhas;
3. Mas sentenças na forma “Todo F é bom” são usadas pra guiar escolhas;
4. Por isso sentenças na forma de “Todo F é bom” nunca são equivalentes a “Todo F é F” e, por isso, naturalismo é falso;

¹² Hancock entende a expressão “equivalente”, usada por Hare, como idêntica a “sinônima”.

um termo recomendatório, ou seja, um termo usado para avaliar alguma coisa, o que o torna uma palavra de valor.

Estas duas possibilidades levariam a diferentes conclusões: (1) Entendido “seguro” como o significado de “bom”, quando disséssemos “este é um bom carro”, isto significaria o mesmo que “este é um carro seguro”. Porém teríamos problemas para *recomendar* este carro que é seguro, pois ao dizer a sentença “este carro seguro é bom” teríamos – de acordo com o procedimento inicial – que substituir “bom” pelo seu significado proposto (seguro), então teríamos a absurda sentença “este carro seguro é seguro”. O procedimento adotado – de identificar “bom” com outros termos na tentativa de defini-lo – é o que torna a sentença descritiva, e assim não poderíamos mais *recomendar* este carro por ele ser “bom”; (2) Entendido “bom” como uma palavra de recomendação, não teríamos problemas em aprovar ou recomendar o carro por ele ser seguro, ou por ter qualquer característica, pois não queremos atribuir um significado a “bom”, termo que não tem função descritiva, mas recomendatória.

Este é também o motivo pelo qual Hare afirma que sentenças éticas nunca são analíticas – expressas na forma “Todo F é F” – pois caso fossem elas perderiam o seu elemento principal, que a torna uma sentença ética, o elemento de recomendação e aprovação.

Hancock nos mostra outro argumento que, possivelmente, poderia ser alegado por uma naturalista que acredita na possibilidade de sinonímia entre as sentenças acima mencionadas, e nos dá o seguinte exemplo:

[...] it might be argued that sentence “She is a elderly unmarried woman”, and the sentence “She is a spinster” are not equivalent, in the sense that the latter conveys overtones and suggestions, and hence guides choices, in a way in which the former sentence does not, in spite of the fact that “elderly unmarried woman” and “spinster” are synonymous. Similarly, the naturalist could argue that the expressions “pleasant” and “good” can well be synonymous, even though replacement of “pleasant” by “good” might result in a sentence which guides actions in way in which the former sentence does not.¹³ (HANCOCK, 1960, p. 332)

¹³ Tradução: pode ser argumentado que a sentença “Ela é uma mulher idosa não casada” e a sentença “Ela é uma solteirona” não são equivalentes, no sentido em que a segunda transmitem significados implícitos ulteriores e sugere, e por isso guia escolhas, em uma maneira na qual a sentença formal não pode usar “mulher idosa não casada” e “solteirona” como sinônimos. Similarmente o naturalista pode argumentar que expressões “prazeroso” e “bom” podem ser sinônimos mesmo que a substituição de

Nesta passagem Hancock cita duas sentenças descritivas (“Ela é uma mulher idosa não casada” e “Ela é uma solteirona”) que contêm duas expressões que são sinônimas: “solteirona” e “mulher idosa que não casou”, mas com a diferença que a segunda sugere e recomenda enquanto a primeira não, e o mesmo poderia ser dito de “bom” e “prazer”, onde o primeiro recomendaria e o segundo não, mas continuariam a ser sinônimos. Se admitimos que uma recomenda e outra não, e que ainda assim são sinônimas, então o argumento de Hare é falso.

Podemos objetar, em favor de Hare, que apesar da expressão “solteirona” ser ordinariamente usada como sinônima de “mulher idosa não casada”, na verdade não ela não é, pois há um elemento que as diferencia na forma como são usadas, um elemento prescritivo subentendido no primeiro caso e ausente no segundo. Quando dizemos ordinariamente “solteirona”, usamos uma forma pejorativa, uma desaprovação de conduta que resultaria na recomendação de “não ser uma solteirona”, conclusão esta implícita primeira sentença e não implícita na segunda.

Ao finalizar a sua crítica a Hare, Hancock afirma o seguinte, a respeito da possibilidade de expressões éticas e não-éticas serem sinônimas:

I conclude that the naturalist has good reasons for rejecting Hare's argument; it does not seem to be generally true that, since ethical words guide choices and non-ethical expressions never do, the two sorts of expressions are never synonymous. Hence I conclude that Hare has not been successful in showing that sentences of the form “Whatever is F is good” are never analytic. In conclusion I would like to say something about the possibility of ever conclusively refuting naturalistic ethical theories. Underlying every naturalistic theory is an assertion that an ethical expression is synonymous with a non-ethical expression.¹⁴ (HANCOCK, 1960, p. 333)

Como demonstrado na passagem acima, Hancock rejeita o argumento de Hare de que expressões éticas nunca são sinônimas de expressões não-éticas. De uma

“prazeroso” por “bom” pode resultar em uma sentença que guia ações de uma maneira na qual a sentença formal não faz.

¹⁴ Tradução: Eu concluo que o naturalista tem boas razões para rejeitar o argumento de Hare; não parece ser geralmente verdadeiro, já que palavras éticas guiam escolhas e expressões não-ética não, que os dois tipos de expressões nunca são sinônimos. Por isso eu concluo que Hare não foi bem sucedido em mostrar que sentenças na forma “Qualquer F é bom” não são analíticas.

Em conclusão eu gostaria de dizer algo sobre a possibilidade de em algum momento concluir a refutação da teoria do naturalismo ético. Acima de qualquer teoria naturalista há um acerto de que uma expressão ética é sinônima com uma expressão não-ética.

forma geral, podemos dizer que Hancock está situando a discussão no plano semântico, ou seja, analisando a impossibilidade hareana de sinonímia entre expressões éticas e não-éticas sob o ponto de vista do significado das palavras. Sob esta ótica, as objeções do comentador teriam mais peso, pois teríamos de deixar de lado o “uso” que fazemos das sentenças ao recomendá-las, e considerando apenas os significados das palavras envolvidas. O que Hare propõe, e que Hancock pareceu desconsiderar, é a discussão do tema no plano pragmático, ou seja, aquilo que “fazemos” com as palavras, o “uso” dos termos. Ao dizer que “bom” e “F” (sendo “F” qualquer propriedade natural) não são sinônimos, Hare quer dizer que o “uso” que fazemos destas expressões são diferentes, ao dizer “bom” estamos recomendando, ao dizer “F” estamos descrevendo, e isto é substancialmente diferente.

Não podemos deixar de destacar o mérito de Hancock no que diz respeito a fiel reconstrução dos argumentos, tanto de Moore quanto de Hare. O comentador resumiu clara e coerentemente os argumentos a serem criticados, de forma que a essência contida nos textos de Moore e Hare foi preservada, permitindo, para o leitor não familiarizado com tais autores, o correto entendimento das idéias de ambos.

3.2 Charles Daniels – Hare on the meaning of “good”¹⁵

Assim como Hancock, Daniels primeiramente reconstrói o argumento de Hare acerca da não analiticidade de sentenças morais (baseado no argumento de Moore contra o naturalismo), para depois apontar, no seu entendimento, os argumentos falhos.

Vejamos o que Daniels diz:

In his *Language of Morals*, Professor Hare offers his own version of one of Moore's arguments against naturalism:

. . . my argument is that we cannot say that “x is a good A” means the same as “x is an A which is C”, because then it becomes impossible to commend A's which are C by saying “A's which are C are good A's”.

In other words, one can commend A's which are C by saying “A's which are C are good A's”, but not by saying “A's which are C are A's which are C”. Thus,

¹⁵ Tradução: Hare e o significado de “bom”.

it is alleged, the two sentences do not have the same meaning. When one says the latter sentence one is saying something that is obviously analytically true. So when one says the former what one says is not analytically true by virtue of a synonymy between it and the latter sentence.¹⁶ (DANIELS, 1970, p. 139)

Daniels cita a passagem em que Hare critica a definição de “bom” através de outro termo, o que tornaria a sentença analítica. Se sentença na forma “x é um bom A” fosse equivalente à sentença na forma “x é uma A que é C”, para aprovar esta última teríamos que dizer a seguinte sentença analítica: “um A que é C é um A que é C”, e isto é diferente de aprovar, por isso sentenças morais nunca são analíticas. Logo as duas sentenças não são sinônimas.

O que Daniels critica é esta última consequência do argumento de Hare. Para o comentador, é possível que as duas sentenças acima sejam sinônimas. Para isso ele nos dá o seguinte exemplo:

I can, for example, perform the act of defining or that of explaining with the sentence "A puppy is a young dog". I cannot perform either act with the sentence "A puppy is a puppy". It does not follow *from this* that the sentences do not mean the same, that "puppy" is not synonymous with "young dog", or that "A puppy is a young dog" is not analytically true.¹⁷ (DANIELS, 1970, p. 139)

O exemplo apresentado pelo comentador demonstra claramente que é possível haver uma sinonímia entre as sentenças citadas. Com esta conclusão, Daniels ventila a possibilidade de uma defesa para o argumentista de que “bom” pode significar “prazeroso” e ainda sim ser uma recomendação. Ele afirma que as sentenças “A's que são *agradáveis* são *bom* A's" e “A's que são *agradáveis* são

¹⁶ Tradução: Na sua *Linguagem da Moral*, Professor Hare oferece sua versão do argumento de Moore contra naturalismo:

...meu argumento é que não podemos dizer que “x é um bom A” significa o mesmo que “x é um A que é C”, porque então seria impossível recomendar A's que são C dizendo “A's que são C são bons A's”.

Em outras palavras, pode-se recomendar A's que são C dizendo “A's que são C são bons A's”, mas não dizendo “A's que são C são A's que são C”. Desta forma, isto é alegado, as duas sentenças não têm o mesmo significado. Quando se diz a última sentença está se dizendo alguma coisa que é obviamente verdadeiro analiticamente. Então quando alguém diz a primeira, se diz que não é analiticamente verdadeiro em virtude da sinonímia entre esta e a última sentença.

¹⁷ Eu posso, por exemplo, realizar o ato de definir ou de explicar com a sentença “um cãozinho é um jovem cachorro”, mas não posso realizar o ato com a sentença “cãozinho é um cãozinho”. Não se segue a partir disto que as sentenças não têm o mesmo significado, que “cãozinho” não é sinônimo de “jovem cachorro”, ou que “cãozinho é um jovem cachorro” não é analiticamente verdadeiro.

agradáveis A's" podem ser analiticamente verdadeiras devido a esta sinonímia entre os seu significados, onde a primeira seria uma recomendação e a segunda não.

Porém esta é uma conclusão restrita ao plano semântico, ou seja, na esfera do significado que as expressões refletem. Já o argumento de Hare sobre a impossibilidade da sinônima citada, reside numa diferença restrita ao plano pragmático, ou seja, refere-se as diferentes formas de “usar” as sentenças. Isto significa que mesmo as sentenças contendo o mesmo significado no plano semântico, elas não tem, necessariamente o mesmo efeito ao serem “proferidas” no plano pragmático. Logo a sentença “x é um bom A” não seria sinônima da sentença “x é um A que é C”, pois a primeira simplesmente define um termo, enquanto a segunda causa “efeito”, já que “bom” é usado para *recomendar* condutas.

Assim podemos concluir que Hare chega a uma conclusão semântica (diferença de significado entre as duas sentenças) através de uma diferença pragmática (diferença de “uso” das sentenças). Contudo parece que pragmática e semântica podem estar dissociadas e, então, pode haver a possibilidade de duas expressões sinônimas, contrariando Hare, mas apenas no plano semântico.

Daniels cita um exemplo para mostrar que nem sempre “recomendamos” usando a palavra “bom”, ou a usamos para “aprovar” uma conduta:

Cases in which one says “I commend...” without using the word “good” or any of its synonyms (of the “puppy”—“young dog” sort) are cases in which one commends without using the word “good” or any of its synonyms (of that sort). On the other hand, if one says “His falling in the mud puddle was good because he ruined his new suit”, one is using the word “good” not to commend, but to gloat.¹⁸ (DANIELS, 1970, p. 139-140)

O comentador cita duas possibilidades: (1) poderíamos recomendar mesmo sem utilizar a palavra “bom”; (2) poderíamos usar a palavra “bom” para outra finalidade que não recomendar. Com relação a primeira, Daniels nos dá um exemplo: “*Did you*

¹⁸ Tradução: Casos em que alguém diz “eu recomendo...” sem usar a palavra “bom” ou qualquer de seus sinônimos (deste tipo: “cãozinho” — “jovem cachorro”) são casos em que alguém recomenda sem usar a palavra “bom” ou qualquer do seu sinônimos (daquele tipo). Por outro lado, se alguém diz “Sua queda sobre o lamaçal foi boa porque ele arruinou seu novo terno”, alguém está utilizando a palavra “bom” não para recomendar, mas para se regozijar.

*know that there's a shark in the water behind you?*¹⁹ Neste caso, a palavra “bom” não aparece na sentença, tão pouco a frase está na forma imperativa. Mas ao fazer tal interrogação a qualquer pessoa, poderíamos esperar que a mesma saísse em disparada da água. Assim a sentença interrogativa seria equivalente à sentença imperativa “não entre na água quando lá estiver um tubarão”. Teríamos, então, uma sentença interrogativa com força prescritiva. Já na segunda sentença há o termo “bom” envolvido, mas não como uma recomendação, mas com um sentido irônico, que desaprova o que está sendo dito. Assim teríamos o termo “bom” usado num sentido diferente do que recomendação.

Daniels ainda sugere que palavras de valor teriam a função de clarificar ou ajustar o discurso quando há uma falta, mesmo em potencial, de compreensão acerca do que o falante está querendo dizer:

One reason for introducing prescriptivity in special connection with value words might be this: In certain contexts it is not always clear just why a speaker calls attention to a feature of a thing by talking about it and what special regard he thinks it merit. One might suggest that in speaker-hearer situations of this sort, when there is a lack or a potential lack of understanding in either of these areas, value words serve as clarifiers or adjusters.²⁰ (DANIELS, 1970, p. 141)

Podemos dizer que esta última objeção de Daniels não é significativa, pois como já vimos anteriormente, palavras de valor estão muito mais próximas de um uso recomendatório/avaliativo do que propenso a um uso descritivo, como sugere o comentador com a expressão “*value words serve as clarifiers or adjusters*”.

Com relação a primeira e a segunda objeção, podemos dizer que Daniels, assim como Hancock, situa a discussão no plano semântico e não no plano pragmático. Afirmar (segunda objeção) que “bom” pode se comportar de maneira

¹⁹ Tradução: Você sabe que há um tubarão na água atrás de você?

²⁰ Uma das razões para a introdução de prescritividade em especial conexão com palavras de valor poderia ser a seguinte: Em certos contextos, nem sempre é claro porque apenas o falante chama a atenção para uma característica de uma coisa, falando sobre isso e que consideração especial ele pensa sobre mérito. Podemos sugerir que, em situações do tipo falante-ouvinte, quando há uma falta, ou uma potencial falta, de entendimento em cada uma destas áreas, as palavras de valor servem para clarificar ou ajustar.

diferente do seu uso de recomendação/aprovação, em determinadas frases, é desconsiderar o que Hare essencialmente diz a respeito de palavras de valor.

Palavras de valor não estão restritas a grafia que elas assumem em determinada língua, ou em determinada sentença, mas significam mais do que um termo representativo. Palavras de valor refletem o que o falante pensa a respeito de determinada questão, evidenciam a opinião de quem as usa, tanto em contextos morais como em outros contextos. O fato de um termo servir de “palavra de valor” em um momento e em outro ser usada de diferente maneira, não atinge o uso que Hare atribui a estas “palavras de valor”. A teoria hareana está baseada no comportamento lógico que “palavras de valor” assumem, quando usadas para o fim a que elas se propõem, ou seja, o uso recomendatório/desaprovatório de determinadas condutas, independente da grafia que tais palavras assumem, o que realmente interessa para Hare é a ação de aprovar algo. Como o estudo proposto por Hare é o da análise da linguagem, é natural que identifiquemos um termo que geralmente realiza o ato de aprovar ou recomendar através de uma determinada grafia. A segunda objeção de Daniels, portanto, não é procedente.

Já a primeira objeção do comentador, a nosso ver, parece ser a mais consistente. Quando Daniels afirma que sentenças podem ser sinônimas mesmo quando uma recomenda e outra não. Esta é uma conclusão verdadeira se restrita ao campo semântico. Como já dito, Hare tem um entendimento mais amplo com relação a sinonímia das sentenças ao tratá-las, também, no plano pragmático.

3.3 Sven Ove Hansson – How to Define – A Tutorial²¹

Hanson, no seu Tutorial, propõe uma forma de construir definições úteis tanto para a utilização em estudos filosóficos com também para ser usado em outras disciplinas. O autor afirma que há duas formas de definição:

Definitions can be either lexical (descriptive) or stipulative. In principle, the difference is simple. A lexical definition reports actual linguistic usage.

²¹ Tradução: Como Definir – Um Tutorial

Therefore, it can be correct or incorrect (i.e., true or false, although that terminology is seldom used). A stipulative definition reports how the definer is going to use a term, or how she recommends others to use it. A stipulative definition cannot be correct or incorrect, but it can be enlightening or confusing, fruitful or barren, adequate or inadequate.²² (HANSSON, 2007, p. 3)

Esta passagem mostra que podemos realizar o ato de *definir* através de duas maneiras: A primeira é definir um termo identificando o significado que as pessoas atribuem a este termo, ou seja, estabelecendo uma correspondência direta entre o termo e suas características. Esta forma de definição parece adequada aos propósitos dos autores de teorias naturalistas. Como já vimos à visão naturalista de fazer filosofia implica na observação do mundo, e uma definição naturalista seria a consequência desta visão, onde um conceito seria formado pelas suas características observáveis, podendo ser ele verdadeiro ou falso, de acordo com sua correspondência ao mundo natural.

A segunda forma de definir, segundo Hansson, seria saber como funciona o mecanismo de “uso” do termo, ou seja, qual o *uso* que as pessoas fazem deste termo no sentido de realizar certos atos. A definição estipulativa captaria a verdadeira essencial do termo, e não apenas significado do termo. Usando um exemplo do próprio Hansson, uma definição estipulativa de “conhecimento” seria saber o que é conhecer alguma coisa, e não apenas o *significado* da palavra. Esta segunda forma parece estar mais associada ao conceito proposto por Hare da palavra “bom”, ou seja, Hare está preocupado com o uso que fazemos das palavras de valor como “bom”, ou “certo”, ou “justo”.

Novamente percebemos uma diferença de “áreas de significação” nesta forma de definir proposta por Hansson. A primeira forma de definir proposta por ele pode ser, analogicamente, um procedimento semântico de conceber uma definição, onde apenas o significado do termo é levado em consideração. Já a segunda maneira

²² Definições podem ser lexicais (descritiva) ou estipulativas. Em princípio, a diferença é simples. A definição léxica relata o uso atual da lingüística. Portanto, ela pode ser correta ou incorreta (ou seja, verdadeira ou falsa, embora esta terminologia é raramente usada). Uma definição estipulativa relata como o *definidor* está usando o termo, ou como ela recomenda outros a utilizá-lo. Uma definição estipulativa não pode ser correta ou incorreta, mas pode ser esclarecedora ou confusa, frutífera ou infrutífera, adequada ou inadequada.

proposta pode ser, analogicamente, uma maneira pragmática de construir uma definição, ou seja, uma forma de definir que leva em conta não somente o significado do termo, mas o uso que fazemos deste termo. Em outras palavras: uma definição estipulativa leva em conta a análise da ação que determinado termo provoca, assim como “bom”, no plano pragmático, orienta e recomenda ações e condutas.

CONCLUSÃO

Analisando a proposta hareana de análise do discurso moral, podemos dizer que Hare tem fortes argumentos para rejeitar a visão ética naturalista. Do ponto de vista metaético, o argumento de Hare acerca da aplicabilidade lógica ao discurso moral tem consistência. A remodelação de sentenças proposta pelo autor garante um compartilhamento de palavras lógicas entre sentenças no modo indicativo e no modo imperativo, uma vez que estas palavras lógicas estão presentes na frástica das sentenças – parte comum a ambos os modos. Tal remodelação permite que as sentenças imperativas possam se referir a um *estado de coisas efetivos ou possíveis*, abrindo a possibilidade de verificação - em um sentido mais amplo que o tradicional - destas sentenças, alterando o resultado da análise de verdadeira/falsa para válida/inválida, já que o discurso imperativo refere-se a eventos futuros, ou imediatamente futuros, e não a realidade.

Nesta nova concepção analítica, Hare acredita que a moral é totalmente regida pelo discurso prescritivo. Sentenças morais têm o objetivo de motivar a ação, de orientar condutas e não descrever fatos como pretende os naturalistas. Quando dizemos “A é bom” queremos dizer que *devemos* fazer A, e não que estamos descrevendo ou definindo um conceito formado por determinadas características, mas prescrevendo algo, recomendando uma ação.

Moore, autor da expressão “falácia naturalista”, já havia identificado o problema de tentar *definir* bom” através da observação de propriedades naturais. Apesar de ter identificado corretamente a falácia envolvida em tal procedimento, Moore alegou motivos equivocados para justificar seus argumentos. Hare foi mais convincente na fundamentação da refutação ao naturalismo, alegando um uso diferenciado das palavras de valor, um uso recomendatório, compatível com a prescritividade necessária ao discurso moral.

Esta característica prescritiva está representada, no plano lingüístico, pelas sentenças imperativas. Através desta análise lingüística o autor faz sua crítica a “falácia naturalista”, que consiste em reduzir sentenças imperativas a sentenças indicativas, para que exista a possibilidade de verificação das mesmas. Como resultado desta operação,

temos a conclusão de que a moralidade é apenas uma mera observação de fatos e não uma prescrição, uma ação a ser realizada. Como já preconizava Hume, há uma barreira lógica para realizar tal operação, de derivar o *dever-ser* a partir do *ser*, ou como pretendem os naturalistas, de reduzir sentenças imperativas a sentenças indicativas.

Entendidas desta maneira, as sentenças morais são sempre sintéticas, e nunca analíticas como pretendem os naturalistas. Se elas fossem analíticas, sentenças do tipo “A é bom” seria equivalente a “A é A”, pois se adotarmos o modelo de definição de “bom” proposto pelo naturalismo, isto seria uma mera tautologia. Entretanto não é isto que almejamos fazer quando proferimos uma sentença moral, mas antes aprovar “A” usando, para tanto, uma palavra de valor.

Ao admitir a possibilidade de conceituação das palavras de valor, estamos negando o uso a que se destinam tais palavras, que é de recomendar ações e condutas. Isto significa abandonar o prescritivismo ético, alicerçado na orientação de condutas.

Ao confrontar os argumentos de Hare com as críticas de seus comentadores, percebemos que estes elaboram suas restrições à refutação do naturalismo baseada numa análise semântica das sentenças propostas, enquanto Hare leva a discussão para o plano pragmático, ou seja, para uma análise do uso que fazemos das palavras de valor, escapando da análise apenas semântica destes termos, uma análise preocupada com o significado, e não com o uso.

Por fim, acreditamos que a análise lingüística do discurso moral, aliada a possibilidade de aplicação da lógica nas sentenças imperativas, permite a Hare uma boa possibilidade de refutação do naturalismo. Entretanto o tema merece amplo desenvolvimento, e esta breve discussão teve o propósito de fomentar a continuidade da pesquisa na área da análise lingüística dos temas morais.

BIBLIOGRAFIA

DANIELS, C. *Hare on the Meaning of "Good"*.

FRANKENA, W. *The Naturalistic Fallacy*. Mind, 1939.

HANCOCK, R. *The Refutation of Naturalism in Moore and Hare*. The Journal of Philosophy, Vol. 57, Nº 10, 1960.

HANSSON, S. O. *How to Define – A Tutorial*. Princípios, Revista de Filosofia.

HARE, R. M. *A Linguagem da Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: Unesp, 2003.

HUME, D. *Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MOORE, G. E. *Principia Ethica*. São Paulo: Ícone, 1998.

SAUTTER, F. T. *Um breve estudo histórico-analítico da Lei de Hume*. Trans/Form/Ação. São Paulo, v.29(2), 2006, p.241-248.